

# tempo e presença

Publicação de KOINONIA ■ Nº 301 ■ Ano 20 ■ Setembro/outubro de 1998 ■ R\$ 3,00

## Ecumenismo: 50 anos de uma aventura

Zwinglio Mota Dias  
Jether Pereira Ramalho  
Antonio Gouvêa Mendonça  
Paulo Cezar Loureiro Botas  
Odair Pedroso Mateus  
Paulo Ayres Mattos



50 ANOS DA  
DECLARAÇÃO  
UNIVERSAL DOS  
DIREITOS  
HUMANOS



*O tema deste número nos é particularmente precioso. Estamos celebrando a trajetória do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que é internacional, mas que só se realiza plenamente nos planos regional e local. KOINONIA, como de resto todas as Entidades Ecumênicas de Serviço, considera-se parte integrante dessa caminhada, quer em virtude dos trabalhos, esforços e ênfases comuns, quer pela biografia dos quadros que a integram e que pagaram e ainda pagam o preço pela militância ecumênica.*

*Dentro dos limites de nossas páginas, buscamos reavivar a memória dessas últimas décadas de luta e testemunho, marchas e contramarchas. Foram tempos em que muitos se empenharam na realização de intenções teológicas, políticas e culturais de cunho ecumênico, a despeito dos grandes obstáculos. Por isso mesmo, não poderíamos deixar de reproduzir o trabalho de Antonio Mendonça que nos remete aos ditos obstáculos; nem de registrar a participação do CMI nos tempos de vigência dos regimes de Segurança Nacional.*

*Não poderíamos deixar também de olhar para o futuro. Assim sendo, concluímos o bloco temático com um artigo-mensagem de Paulo Ayres, presidente de KOINONIA. O artigo do Frei Paulo Cezar concernente ao diálogo inter-religioso, reafirma a visão prospectiva da nossa instituição com respeito ao estado da questão ecumênica na atualidade.*

*Temos outros motivos para celebrar. Destacam-se: os trinta anos da Assembléia de Medellín, que contribuiu para alterar definitivamente o perfil do cristianismo continental, conduzindo a dimensão profética e libertária ao primeiro plano; os cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a tentativa de se obter uma paz duradoura entre todos os povos e que precisa ser renovada a cada geração.*

*Além disso, alguns temas estruturais e conjunturais recebem o tratamento específico que bem merecem, tanto por meio dos artigos didáticos e/ou informativos quanto pela sensibilidade dos nossos cronistas. Esperamos ter transmitido nossa alegria por ainda poder celebrar esses avanços históricos em favor de um mundo mais humano e assim, mais próximo da imagem e semelhança divinas.*

*Façam bom proveito!*

## SUMÁRIO

### Unidade

- 5 50 ANOS GESTANDO  
O ECUMENISMO  
Zwinglio Mota Dias

### Testemunho

- 10 MEIO SÉCULO DE COMPROMISSO  
ECUMÊNICO  
Jether Pereira Ramalho

### Memória

- 14 ESTUÁRIO DO MOVIMENTO  
ECUMÊNICO

### Contramarchas

- 16 O NÃO-ECUMENISMO  
NO BRASIL  
Antonio Gouvêa Mendonça

### Diálogo

- 19 DO MICROECUMENISMO  
Paulo Botas

### Reflexão

- 23 A CASA E A GRAÇA  
Odair Pedroso Mateus

### Proclamação

- 25 ECUMENISMO PARA O NOVO  
MILÊNIO  
Paulo Ayres Mattos

### Celebração

- 28 MEDELLÍN: IGREJA E SOCIEDADE.  
ELEMENTOS PARA UM BALANÇO  
Francisco Catão

### Saudação

- 32 DIREITOS HUMANOS, DIREITOS  
DAS GENTES, DIREITO DE SER  
GENTE  
Jorge Atilio Silva Iulianelli

### Documento

- 36 O ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO  
E A REFLEXÃO DAS IGREJAS  
CRISTÃS  
Guilherme Delgado

### Rubem Alves

- 38 O FOGO ESTÁ CHEGANDO...

### Recessão

- 40 CRISE DA ÁSIA OU DO  
CAPITALISMO?  
Antônio Martins

### Crônica

- 45 OS ESPETÁCULOS  
RECOMEÇAM DE MANHÃ  
Carlos Cunha

### Koinonia

- 47 ITAPARICA URGENTE!

### FOTOS DE CAPA

Plenário da 1ª Conferência Mundial sobre Missão realizada em Edimburgo, Escócia, 1910. Esta conferência é conhecida como a que deu origem à formação do Conselho Mundial de Igrejas.

Símbolo da Assembléia do CMI a ser realizada em Harare, Zimbábue, no mês de dezembro. Jubileu de Ouro do CMI.



Placa em comemoração à Conferência Mundial de Missão realizada em Willingen, em 1952

## tempo e presença

Revista bimestral de KOINONIA  
Setembro/outubro de 1998  
Ano 20 - nº 301

### KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129  
22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Telefone (021) 224-6713  
Fax (021) 221-3016  
E-mail koinos@ax.apc.org

### CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Messeder Pereira  
Emir Sader

Ivoni Reimer  
José Oscar Bezozzo  
Francisco Catão  
Jether Pereira Ramalho  
Maria Emília Lisboa Pacheco  
Sérgio Marcus Pinto Lopes  
Tânia Mara Sampaio Vieira

### CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Rodrigues Brandão  
Ivone Gebara  
Jurandir Freire Costa  
Leonardo Boff  
Luiz Eduardo Wanderley  
Rubem Alves

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Magali do Nascimento Cunha  
MTb 011-233

### EDITOR

José Bittencourt Filho

### EDITORA ASSISTENTE

Magali do Nascimento Cunha

### EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA

Anita Slade

### CÓPIDESQUE

Paulo Roberto Salles Garcia

### REVISÃO

Carlos Cunha

### SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Mara Lúcia Martins

CAPA  
Anita Slade, fotos do CMI

PRODUÇÃO GRÁFICA  
Roberto Dalmaso

FOTOLITOS  
Graftex

IMPRESSÃO  
Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso  
R\$ 3,00

Assinatura anual  
R\$ 18,00

Assinatura de apoio  
R\$ 25,00

Assinatura/exterior  
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Amigos de KOINONIA, Gosto muito da revista e no próximo mês farei a minha assinatura. Recebi um exemplar indicado pela Carmem Lúcia, assessora nacional da Pastoral da Juventude. Sou da Coordenação Nacional e esta revista é muito importante para nossas reflexões. A equipe editorial da revista está de parabéns pela qualidade.

### Gabriel Côrtes

Inhapim/MG

Por um curto período não pudemos ler e fez-nos imensa falta ficar sem *Tempo e Presença*. Voltamos a assiná-la com muita satisfação. Faz falta sim essa voz em prol da construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Os brasileiros não carecemos somente de saúde, educação, mais justiça social, melhor distribuição da riqueza; de um mínimo de bens materiais e de uma sincera espiritualidade; mas também desse tipo de publicação, condição fundamental para se alterar a pobre situação do País.

O editor, na edição nº 298 — que obtivemos emprestada de um amigo — pede sugestões. Gostaríamos que houvesse uma seção de humor; ou,

até mesmo, permeando matérias, uma abordagem humorística. Sempre possível e, talvez, até necessário, sobretudo em graves penúrias e ao tratar de assuntos tristes.

### Judy Vacchi e Leninson Cascomi Metri

São José do Rio Preto/SP

Recebi a revista nº 300. Ela me traz ânimo na caminhada. Às vezes, fico decepcionado, sem disposição e com uma vontade imensa de desistir da luta por uma sociedade melhor, mais humana. Seguidamente, penso que me acomodar é muito mais cômodo e tranquilo. E com tristeza vejo que aqueles que assumem esta postura ganham o mesmo salário (ou muito mais) e vivem tranquilos. Mas aí chega *Tempo e Presença* e sua leitura me dá novo ânimo. Parabéns pela coragem da equipe e pela coragem que a revista semeia em meio a tanta desesperança. Que todos vocês tenham coragem de continuar nesta caminhada.

### Nilso Franceschi

Marechal Cândido Rondon/ PR

Há algum tempo venho acompanhando a trajetória editorial da *Tempo e Presença*, e com

grande alegria quero deixar neste texto a profunda admiração por todas as pessoas que formam a Equipe KOINONIA, pelo compromisso com a Vida, pela defesa dos direitos humanos, tendo por base, a fé no Reino que começa em nós.

Também cultivo enorme alegria por constatar que *Tempo e Presença* é mais um fruto que brota, mais uma boa semente que se espalha, rompendo os espaços da erva daninha de uma comunicação opressora.

Diferente do que predomina em nossa sociedade, a publicação é democratização dos meios de comunicação, é elemento na construção de uma comunicação-cidadã, voltada sobretudo para a dignidade da pessoa humana, sendo instrumento de libertação de homens e mulheres.

Agradeço de maneira carinhosa e com muito orgulho aos colegas da comunicação, pelo compromisso firmado, pelo excelente trabalho e pela capacidade de lutar e sonhar coletivamente, os ideais que brotaram no coração de Quem nos criou.

### Sandra Raquew Araujo

Por fax

## AINDA NÃO ASSINOU TEMPO E PRESENÇA?



Quem lê TEMPO E PRESENÇA não pode ficar somente com um número.

TEMPO E PRESENÇA é uma leitura indispensável para quem está comprometido na construção de um mundo melhor, mais alegre e mais justo, com a profundidade e qualidade que têm sido a marca desta publicação nas últimas duas décadas. Participe da comunidade de leitores de TEMPO E PRESENÇA e faça agora mesmo uma assinatura anual: R\$ 18,00 (assinatura normal); R\$ 25,00 (assinatura de apoio); US\$ 50,00 (assinatura para o exterior).

Basta escolher uma das três formas de pagamento:

- Cheque em nome de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
- Depósito na conta Bradesco 15.245-5, agência 1745-0

(remeter cópia do recibo)

- Vale Postal para KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço (remeter cópia do recibo)
- Enviar para KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, a/c Setor de Distribuição  
Rua Santo Amaro, 129, Glória 22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Tel. 021-2246713 Fax 021-2213016 E-mail: koinos@ax.apc.org

A cooperação entre as igrejas e a promoção da unidade cristã foram motivações que deram origem ao CMI



Peter Williams/ CMI

# 50 ANOS GESTANDO O ECUMENISMO

Zwinglio Mota Dias

**O mais importante organismo ecumênico do planeta — o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) — completa cinquenta anos. Sua principal tarefa, a de promover a unidade dos cristãos, é simples, e vitórias importantes têm sido obtidas. Esta página são uma viagem no tempo para lembrar a história do Conselho e, ao mesmo tempo, detalhar as formas de atuação dele hoje**

O movimento ecumênico de origem protestante, mas que posteriormente englobará a participação das igrejas ortodoxas e contará, após o Concílio Vaticano II (que finaliza suas atividades em 1965), com a colaboração da Igreja Católica Romana, vai-se expressar durante o século XX como resultado de uma série de movimentos que se desenvolvem, a partir de meados do século XIX, em torno de três eixos essenciais à vivência das igrejas: a missão, o serviço e a doutrina.

Essas manifestações tendentes à unidade vão-se dar quase que em ordem cronológica e na forma de con-

ferências concomitantes e sucessivas. Nessas conferências uma comissão sempre era formada para dar continuidade aos esforços em curso, garantindo a permanência do trabalho e, com isso, preparar a etapa seguinte.

## **O SONHO DA UNIDADE A PARTIR DOS CAMPOS MISSIONÁRIOS**

Em seu livro, *El Movimiento Ecuménico*, Norman Goodall conta uma história curiosa sobre os primeiros sonhos ecumênicos: “O pai das missões modernas, William Carey (missionário batista inglês) propôs, em 1806, convocar uma reunião de todos os cristãos no Cabo da Boa Esperança

**A partir da metade do século XIX os representantes das variadas iniciativas missionárias começaram a se reunir para buscar juntos um mínimo de unidade de propósitos**

aproximadamente para o ano de 1810, que seria seguida de reuniões semelhantes a cada 10 anos. Carey fez esta sugestão numa carta ao seu amigo Andrew Fuller, secretário da Sociedade Missionária Batista. Mas Fuller não viu a idéia com entusiasmo: 'Isso não passa de um dos agradáveis sonhos do irmão Carey,' escreveu (Goodall:15). Não é de se espantar que tenha sido nos campos missionários que a perspectiva ecumênica tenha começado a ser vislumbrada. Porque foi exatamente lá que as diferentes denominações tiveram que se enfrentar umas às outras e todas com os tremendos desafios lançados por contextos culturais, sociais e religiosos os mais diferentes e estranhos (para os missionários ocidentais). A partir da metade do século XIX os representantes das variadas iniciativas missionárias começaram a se reunir para buscar juntos um mínimo de unidade de propósitos.

Uma conferência missionária realizada em Nova York em 1900 até se intitula conferência ecumênica, porque o plano de campanha de evangelização que seus participantes estavam construindo tinha o objetivo de alcançar o mundo todo. Essa conferência estabeleceu as bases para a Conferência Missionária Mundial de Edimburgo (Escócia), em 1910, quando foram tratados temas relativos às dificuldades enfrentadas pela empresa missionária em várias partes do mundo. Dentre eles, destacou-se aquele que se referia à cooperação entre as igrejas e à promoção da unidade cristã. Esse encontro foi essencialmente protestan-

te. Nem os católicos-romanos nem os ortodoxos foram convidados. Como resultado da conferência foi criado, em 1921, o Conselho Missionário Internacional. A partir de então o Conselho vai promover uma série de cinco conferências similares sobre a mesma temática da Missão e da Unidade até integrar-se, de forma definitiva, ao Conselho Mundial de Igrejas, em 1963.

#### **RUMO À UNIDADE POR MEIO DO SERVIÇO A FAVOR DA JUSTIÇA E DA PAZ**

A partir da Primeira Guerra Mundial muitas igrejas do Hemisfério Norte mostravam-se preocupadas com suas responsabilidades pela manutenção da paz e da justiça no mundo. Em 1914 foi fundada pelas igrejas em Constança (Alemanha) a Aliança Universal pela Amizade Internacional. Ao término da guerra essas igrejas direcionaram esforços no sentido de contribuir para o estabelecimento de uma paz justa e durável e formular uma resposta cristã à situação econômica, social e moral do pós-guerra. O resultado foi que noventa delegados de quinze países se reuniram em Genebra (Suíça), em 1920, sob a direção do arcebispo luterano de Upsala (Suécia), Nathan Söderblom, apoiado, dentre outros, pelo leigo metodista norte-americano John R. Mott, para organizarem uma conferência mundial sobre essas questões. Trata-se da Conferência sobre "Cristianismo prático", que deu origem ao Movimento "Vida e Ação" e que se realizou em Estocolmo (Suécia), em 1925. A Igreja Católica declinou do convite que recebeu para também participar, mas os ortodoxos se mostraram muito interessados. Sob o lema de que "a doutrina divide mas o serviço une" se pensava, então, que se poderiam enfrentar de forma "prática" os desafios da situação mundial.

A crise econômica ocorrida no final da década de 1920, os diferentes desenvolvimentos teológicos na Europa e nos Estados Unidos, a renova-

ção do pensamento ortodoxo e o totalitarismo crescente em várias partes do mundo tornaram cada vez mais evidente, para seus protagonistas, que o movimento "Cristianismo prático" não poderia alcançar seus objetivos sem um fundamento teológico mais elaborado. A isso se dedicaram os participantes da segunda Conferência de "Vida e Ação", realizada em Oxford em 1937, quando o otimismo idealista do início cedeu lugar a uma visão mais profunda e mais teológica da realidade que então se enfrentava.

#### **ESFORÇOS POR UMA FORMULAÇÃO DOUTRINÁRIA COMUM**

Desde meados do século XIX a Igreja Anglicana se mostrava preocupada e interessada em propor que todas as igrejas se reunissem sob uma base doutrinal comum. Em 1886 a Igreja Episcopal Anglicana dos Estados Unidos formulou, em quatro artigos, os elementos essenciais de tal base: 1) As Santas Escrituras do Antigo e Novo Testamentos; 2) Os Símbolos de Nicéia-Constantinopla; 3) Os dois Sacramentos do Batismo e da Eucaristia; 4) e O Episcopado histórico. Dois anos mais tarde, a terceira Conferência de Lambeth (reunião decenal de todos os bispos da Igreja Anglicana que se realiza, desde 1867, na residência londrina do arcebispo de Canterbury) adotou esses quatro artigos juntando o Credo Apostólico ao segundo artigo.

Assim surgiu o hoje famoso "Quadrilátero de Lambeth", que desempenhou papel controvertido no processo de aproximação doutrinal entre as igrejas. Para uns, parecia exíguo demais, especialmente no que se refere à questão do episcopado, e, para outros, excessivamente amplo. Depois da sexta Conferência de Lambeth, em 1920, o artigo quarto foi reformulado para uma maior aceitação por parte das igrejas não-episcopais, ficando assim expresso: "Um ministério reconhecido pelas igrejas como não procedendo apenas da vocação interior do Espírito, mas também do mandato

de Cristo e da autoridade de todo o corpo eclesiástico.”

No começo do século XX preocupações semelhantes começaram a se desenvolver no interior das igrejas ortodoxas. Entre 1902 e 1904 o Patriarca de Constantinopla se pronunciou a favor de uma colaboração com as igrejas não-ortodoxas. Em 1920 o mesmo Patriarcado, por intermédio de uma carta do monsenhor Strenopoulos Germanos, e assinada pelos membros do Sínodo, sugeria a criação de uma “Liga de Igrejas” nos moldes da “Liga das Nações” proposta pelo presidente Wilson Churchill, dos Estados Unidos. Desde então as igrejas ortodoxas passaram a participar de diferentes atividades junto com cristãos não-ortodoxos até se tornarem membros do CMI, em 1961.

A Igreja Anglicana continuou perseguindo o objetivo de convocar uma

conferência consagrada às questões relativas à fé e à eclesiologia. Uma comissão presidida pelo bispo Charles Brent, da Igreja Episcopal Anglicana norte-americana, preparou então uma conferência realizada em Lausanne (Suíça), em 1927, sob o título de “Conferência de Fé e Ordem” que reuniu 400 delegados representando 127 Igrejas. Até sua integração ao Conselho Mundial de Igrejas, em 1948, a comissão realizou diversas conferências e produziu importantes documentos relativos à possível unidade doutrinária entre as igrejas. Dentre eles, importa destacar o chamado “Documento de Lima” (Peru), produzido na Conferência de 1982 e mais conhecido como BEM (Batismo, Eucaristia e Ministério), que propõe uma base de concordância para as igrejas quanto a sua natureza e missão.

#### **CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS**

Depois de existirem por um tempo independentes um do outro, os dois movimentos conformados pela “Conferência Mundial de Cristianismo prático” e pela “Comissão de Fé e Ordem” expressaram o desejo de se fundirem, em 1937, num único organismo. Assim, em 1938 foi constituído

o Conselho Ecumênico de Igrejas em formação, presidido pelo arcebispo anglicano William Temple. Durante esse período preparatório, que se estendeu mais do que se havia planejado por causa da eclosão da Segunda Guerra mundial, a Aliança Mundial das Igrejas pela Amizade Internacional juntou-se aos dois movimentos. Em 1946 foi fundado o Instituto Ecumênico de Bossey (Suíça). No dia 23 de agosto de 1948, os três movimentos se reuniram em assembléia na cidade de Amsterdã (Holanda) e decidiram pela criação do Conselho Mundial de Igrejas. Pouco mais tarde outros movimentos juntaram-se aos três, como o Conselho Internacional de Missões e o Conselho Mundial de Educação Cristã. Em Amsterdã 147 igrejas protestantes, anglicanas e ortodoxas aceitaram se reunir sob a seguinte base comum: “O Conselho Mundial de Igrejas é uma associação fraterna de igrejas que aceitam nosso Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador”.

Os objetivos e funções atribuídas a esse Conselho foram assim expressos: “a) Dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos dois movimentos mundiais de ‘Fé e Ordem’ e ‘Vida e Trabalho’;

**‘O Conselho Mundial de Igrejas é uma associação fraterna de igrejas que aceitam nosso Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador’**



Peter Williams/ CMI

**A valorização da pluralidade e das diferenças tem marcado a trajetória do CMI ao longo dos seus 50 anos de existência**

- b) Criar facilidades para a ação comum das igrejas;
- c) Promover o estudo em comum;
- d) Desenvolver a consciência ecumênica dos fiéis de todas as igrejas;
- e) Estabelecer relações com as alianças confessionais de caráter mundial e com os demais movimentos ecumênicos;
- f) Convocar, quando as circunstâncias o exigirem, conferências de caráter mundial que estarão autorizadas a publicar suas próprias conclusões;
- g) Sustentar as igrejas em seus esforços de evangelização.”

Finalmente ficou estabelecido que “nas questões de interesse de todas as igrejas, e que sejam da alçada do Movimento ‘Fé e Ordem’, o Conselho procederá sempre de conformidade aos princípios que constituíram a base das Conferências de Lausanne em 1927 e de Edimburgo em 1937.”

Esses princípios visavam respeitar as posições teológicas das diversas igrejas.

A assembléia de Amsterdã reuniu 351 delegados representando igrejas provenientes da Europa e da América do Norte. Esse número foi sendo aumentado desde então. Atualmente o Conselho Mundial de Igrejas reúne 317 igrejas dos cinco continentes e inclui a grande maioria das denominações protestantes, dos patriarcados ortodoxos e dos velhos-católicos, além de muitas igrejas pentecostais e igrejas africanas independentes.

A base de concordância que reúne as igrejas-membros do CMI, adotada em Amsterdã, sofreu várias adequações e complementações. Em 1950 o Comitê Central do CMI, reunido em Toronto, Canadá, elaborou uma declaração intitulada “A Igreja, as Igrejas e o Conselho Mundial de Igrejas”, tendo

por subtítulo “A significação eclesiológica do Conselho Mundial de Igrejas”

Esse texto, hoje conhecido como a Declaração de Toronto, dentre outros aspectos destaca:

- “1) O CMI não é nem deve vir a se tornar uma superigreja;
- 2) O objetivo do CMI não é o de negociar a união entre as igrejas, pois isto só pode ser feito por elas mesmas e por sua própria iniciativa;
- 3) O CMI não pode e nem deve estar baseado numa concepção particular de Igreja. Ele não prejudica a questão eclesiológica;
- 4) Ser membro do CMI não supõe que uma Igreja considere sua própria concepção de Igreja como relativa, nem que cada Igreja deva considerar as outras como igrejas no sentido pleno e verdadeiro do termo;
- 5) Ser membro do CMI não implica que se deva aceitar uma doutrina es-

## O CMI HOJE



pecífica relativa à natureza e à unidade da Igreja.”

A Declaração de Toronto abriu espaço, senão para a participação, pelo menos para a cooperação da Igreja Católica Romana com alguns organismos do CMI, e agradeceu em cheio aos ortodoxos. A base doutrinal do CMI foi completada na Assembléia de Nova Delhi (Índia) em 1961, onde ganhou a seguinte formulação: “Segundo as Escrituras [as igrejas] se esforçam para responderem juntas a sua comum vocação para a glória do único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo.”

Durante essa assembléia, o Conselho Missionário Internacional integrou-se ao CMI, passando a constituir a divisão de Missão e Evangelização. As principais igrejas ortodoxas do Oriente, assim como as jovens igrejas ortodoxas da África e da Ásia, foram formalmente recebidas como igrejas-membros do organismo ecumênico.

Os antigos movimentos Fé e Ordem e Vida e Trabalho passam a ter desenvolvimento diferenciado depois de se integrarem ao CMI. O primeiro vai continuar cuidando das questões relativas às diferenciações doutrinárias entre as igrejas. O segundo, no entanto, vai-se expressar de diferentes formas multiplicando os temas e os instrumentos de ação para dar cumprimento aos seus objetivos fundantes, dinamizando com isto o desenvolvimento do CMI.

#### AS UNIDADES DE TRABALHO E SUAS TAREFAS

Atualmente o trabalho do CMI se desenvolve com a articulação de quatro unidades programáticas:

Unidade I – Articula o tema da Unidade por meio de programas relativos à Fé e Ordem, papel dos leigos, formação teológica, culto e espiritualidade.

Unidade II – Coordena os temas de Missão, Saúde, Educação e Testemunho, mediante programas relacionados à missão e à evangelização na perspectiva da unidade, comunidade

**Hoje o CMI reúne 317 igrejas dos cinco continentes e inclui a grande maioria das denominações protestantes, dos patriarcados ortodoxos e dos velhos-católicos, além de muitas igrejas pentecostais e igrejas africanas independentes**



Ex-secretários-gerais do CMI se encontram: o caribenho Phillip Potter (1972–1984) e o uruguaio Emílio Castro (1985–1993)

e justiça, evangelização e culturas, ações das igrejas em favor da saúde e da formação do povo de Deus.

Unidade III – Articula programas relativos à temática da Justiça, da Paz e da Criação, coordenando as atividades relativas ao processo conciliar, à luta contra o racismo, aos assuntos internacionais e à luta emancipatória das mulheres e da juventude.

Unidade IV – Desenvolve a temática da Partilha e do Serviço, coordenando as atividades programáticas relativas à partilha dos recursos econômicos, à diaconia, à ajuda de emergência em situações de catástrofes, ao socorro aos refugiados, à solidariedade e cooperação com os pobres. Coordena enfim a ajuda das igrejas.

Em termos de organização, o CMI tem sua sede em Genebra (Suíça) e se expressa juridicamente mediante

uma Assembléia Geral de delegados das igrejas-membros, que se reúne a cada sete ou oito anos. Essa assembléia elege um Comitê Central composto de 145 membros e um *Presidium* de seis ou sete presidentes que, junto com outros membros do Comitê Central, constituem um Comitê Executivo de 27 membros, ao qual se agrega a figura do secretário-geral, eleito pelo Comitê Central. Nos seus cinquenta anos de existência, ocuparam a Secretaria-Geral do CMI: rev.

W. A. Visser T. Hoofdt, da Igreja Reformada (Presbiteriana) da Holanda (de 1948 a 1966); rev. Eugen Carlson Blake, da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (de 1966 a 1972); rev. Philipp Potter, da Igreja Metodista do Caribe inglês (de 1972 a 1984); rev. Emílio Castro, da Igreja Metodista do Uruguai (de 1985 a 1993); e rev. Konrad Raiser, da Igreja Evangélica da Alemanha (luterana), que está no cargo desde 1994.

Para a comemoração do cinquentenário, o Conselho Mundial de Igrejas vai celebrar a oitava Assembléia Geral em Harare (Zimbábue) no final deste ano.

**Zwinglio Mota Dias**, pastor presbiteriano, é doutor em Teologia e integra a equipe de KOINONIA.

# MEIO SÉCULO DE COMPROMISSO ECUMÊNICO

Jether Pereira Ramalho

**Na plenitude de seu compromisso o atual movimento ecumênico e particularmente o Conselho Mundial de Igrejas tem estado sempre sensível e comprometido efetivamente com as questões-chave da história do século XX**

As iniciativas concretas em favor da paz, da justiça e da dignidade estiveram sempre presentes nestes 50 anos de testemunho da entidade mais representativa do ecumenismo no nosso tempo — o Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Nesse envolvimento, igrejas e grupos cristãos expressaram de maneira abrangente o profundo significado de sua missão no mundo e ao mesmo tempo deram passos seguros em favor da unidade.

A promoção da paz tem sido aspecto fundamental no amplo ministério do CMI. Ela está presente na história do ecumenismo desde a sua mais remota origem. Nas mais diversas conferências e esforços que antecederam a institucionalização oficial do Conselho (1948), além das questões relacionadas com a fé, a doutrina e a vida das igrejas, a problemática sociopolítica e econômica da época exerceu influência decisiva na caminhada ecumênica. A dimensão política da existência humana nunca ficou ausente das preocupações e dos esforços pela unidade.

Na importante Conferência Missionária de Edimburgo (1910), as reais causas motivadoras da Primeira Guerra Mundial de 1914/18 não foram ignorados pelos mais de mil delegados participantes desse tão significativo evento, marca do ecumenismo moderno. O Movimento Vida e Ação, em sua assembleia de Estocolmo (1925), não se omitiu em discutir os sinais denunciadores da grave crise econômica de 1929. A Conferência Mundial de Fé e Ordem (Edimburgo, 1937) e a 2ª Conferência de Vida e Ação (Oxford, 1937), que propuseram oficialmente a fundação do Conselho Mundial de Igrejas, viram suas propostas postergadas pela deflagração da Segunda Guerra Mundial.

Somente em 1948, em Amsterdã, foi possível a fundação oficial do CMI. Quando o Ocidente procurava ainda reparar as conseqüências cruéis de uma guerra, na qual sobretudo os cristãos se mataram e se destruíram, já começavam a aparecer novas motivações para a divisão da comunidade humana, com a efervescência da chamada “guerra fria”. Consolidou-se nessa assembleia, que teve como tema “A desordem humana e o desígnio de Deus”, a convicção de que ser cristão exigia uma postura clara sobre as razões que separam os povos, as comunidades e as igrejas. Surgiu aí a adoção do conceito de “sociedade responsável” como um alvo a ser perseguido pelo Conselho Mundial de Igrejas.

Dado importante a destacar é que nesse mesmo ano fortaleceu-se a instituição das Nações Unidas e aprovou-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

## GRANDES TEMAS SOCIAIS

Logo após a Assembleia de Amsterdã (1948) os países viveram com intensidade a divisão do mundo. O conflito entre capitalismo e socialismo recrudescceu, tornando-se mais agudo com a guerra da Coreia. Também tornaram-se evidentes nesse período o perigo do holocausto atômico e o desenvolvimento do macarthismo e do stalinismo.

Como uma das conseqüências da Segunda Guerra a situação dos refugiados passou a ser um efetivo programa do CMI em estreita colaboração com a ONU. A participação do movimento ecumênico tornou-se fundamental. Criaram-se, em várias partes do mundo, escritórios e canais de atendimento às vítimas da guerra de qualquer parte do mundo, independentemente de país e de ideologia política.

Na década de 1950, quando o CMI realizou a 2ª Assembleia estavam em pleno curso o processo de descolonização da África e os esforços para constituição de regimes democráticos, opostos às formas autoritárias de governo. Liberdade e justiça foram os dois pilares em que foram assentadas as propostas ecumênicas para o estabelecimento das sociedades políticas. Isso foi fundamental para toda a luta de independência das colônias africanas.

Nesse período de transição, no campo eclesial, ressaltou-se o decisivo papel dos leigos, pois concretizou-se a afirmação de que a unidade não deveria se manifestar somente no âmbito eclesiástico, mas também no campo da ação política, da justiça, da



economia, no avanço social e no respeito às diversidades culturais. O compromisso com a democracia se tornava explícito e abrangente. O lema teológico desse momento foi “Jesus Cristo — a esperança do mundo”.

#### **IGREJA E SOCIEDADE**

Aprofundando o conceito de sociedade responsável, o movimento ecumênico avançou no sentido de que não se poderia restringir a sua atuação a uma simples indicação de princípios. Era imperativa uma ação mais concreta em nível local e aí ressaltava-se não ape-

nas a importância das comunidades locais, mas principalmente da ação efetiva do laicato das igrejas. Destaca-se, nesse período (1961), a realização do Concílio Vaticano II, que reforçou a proposta de *aggiornamento* na Igreja Católica.

Fato decisivo para o CMI foi a realização da Conferência Mundial de Igreja e Sociedade (1966), com o tema “Os cristãos e a revolução técnica e social de nosso tempo”. Foi um excepcional foro em que as decisivas e grandes questões do campo social, político, econômico e cultural

foram apresentadas às igrejas. Dessa conferência saíram as diretrizes para o movimento ecumênico na relação Igreja e Sociedade.

Destaque-se nesse evento a participação latino-americana. A experiência do movimento Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), fundado em 1961 com sede em Montevidéu, e a publicação da importante revista *Cristianismo y Sociedad* (1963) contribuíram de forma significativa para fundamentar as implicações da relação fé e política.

#### **PARTICIPAÇÃO DAS IGREJAS NO DESENVOLVIMENTO**

Não bastavam as declarações de intenção de assembléias ecumênicas sobre a situação dos países subdesenvolvidos; era necessária uma efetiva participação das comunidades cristãs no processo de desenvolvimento e isso significava uma solidariedade fundamental e explícita com os pobres. O conceito de desenvolvimento foi amplamente debatido e ampliado, não apenas como crescimento econômico, mas também como relações justas nos variados campos da sociedade com ampla participação popular nos diversos níveis de decisão. Dentro desses pressupostos os projetos de desenvolvimento deveriam privilegiar a perspectiva dos pobres na sua concretização. Essa postura do CMI se fortalecia com a posição do papa João XXIII, que proclamou a opção preferencial pelos pobres, confirmada com Paulo VI na encíclica *Populorum Progressio*.

Essa posição social do CMI teve grande repercussão no movimento ecumênico em quase todos os países. Além das inúmeras publicações de livros, revistas, folhetos em diversos idiomas, foram criadas redes de igrejas e organismos ecumênicos em todos os continentes, que se comprometeram com projetos concretos relacionados com desenvolvimento. Foi período de amplo e fecundo debate sobre a efetiva participação das igrejas no processo político e econômico

**A unidade não deveria se manifestar somente no âmbito eclesiástico, mas também no campo da ação política, da justiça, da economia, no avanço social e no respeito às diversidades culturais**

dos países, principalmente os do chamado terceiro mundo. Debates que se estendiam ao campo teológico (Teologia da Libertação), aos estudos bíblicos (leitura popular e participativa da Bíblia) e eclesiológico (participação do leigo e importância das congregações locais).

#### **LUTA CONTRA O RACISMO**

Foi um dos mais polêmicos e impactantes programas do CMI. A denúncia dessa escandalosa expressão social do pecado humano e o desvelamento de sua incidência nas sociedades chamadas cristãs e até mesmo em algumas expressões eclesiásticas causaram forte impacto e questionamentos. Esse programa tornou efetivo, com coragem e ousadia, o apoio às propostas dos movimentos de libertação dos países africanos. Mais uma vez a sensibilidade social do ecumenismo foi comprovada, por se associar ao crescente movimento contra todas as formas de discriminação e ao fortalecimento do movimento negro. Essa atuação continua até hoje e tem-se estendido a todos os continentes, ampliando seu campo de atuação.

#### **EDUCAÇÃO POPULAR**

A revisão da metodologia da educação cristã como consequência das opções já tomadas — solidariedade com os pobres, apoio ao combate ao racismo, participação no desenvolvimento, a perspectiva de uma educação libertadora para a justiça — pos-

sibilitou uma nova fase da educação cristã. Os grupos ecumênicos latino-americanos que já desenvolviam extenso programa intitulado Educação para a Justiça Social (EPJS) contribuíram efetivamente para dar forma e conteúdo a essa nova opção metodológica para a educação cristã.

Cabe destacar a contribuição de Paulo Freire aos programas do Conselho Mundial de Igrejas. Saindo do Chile, onde estava exilado, Paulo foi convidado a integrar o corpo de secretários executivos da instituição que a partir de sua metodologia deu nova forma aos programas de educação. Exerceu com ampla liberdade suas atividades em cursos, palestras e experiências concretas. Muitas igrejas evangélicas, grupos ecumênicos e universidades de diversos países receberam assessoria de Paulo Freire na reformulação dos seus programas educativos. Entre 1971 e 1980 o movimento ecumênico contou com a efetiva contribuição de tão destacado educador.

#### **DIREITOS HUMANOS**

A defesa dos direitos humanos tem sido compromisso marcante do Conselho Mundial de Igrejas. Desde a sua fundação o ecumenismo relacionou a luta pela unidade com o profundo respeito à dignidade de vida. Difundiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos o mais amplamente possível, enriquecendo-a com textos bíblicos e moções de apoio de muitas igrejas. Mas o compromisso do CMI não ficou apenas no nível dos protestos contra a violação aos direitos políticos dos cidadãos. Relacionou as violações com as situações que impedem os esforços de construção de uma sociedade justa, participativa e democrática ou lhe são contrárias: o problema do militarismo, da corrida armamentista, do poderio monopolista das empresas transnacionais, da concentração de riquezas, das injustas condições reguladoras das dívidas externas, enfim de todas as formas de discriminação religiosa, cultural, social

e econômica que impossibilitam o pleno gozo de uma existência digna de todos os seres humanos e são causadoras da violação dos seus direitos universais.

O CMI foi ainda mais além: incentivou e facilitou recursos para ações concretas em favor das vítimas das perseguições políticas, dos que sofreram torturas e daqueles que vivem em situações de desumanidade e humilhação. Em muitos países o CMI exerceu papel importante no apoio aos refugiados políticos e às vítimas de perseguição. Destaca-se, por exemplo, a atuação na América Latina, no período das ditaduras militares. Vidas foram salvas, pressões contra o autoritarismo e a prepotência produziram os seus efeitos, famílias foram amparadas material e espiritualmente e denúncias ganharam repercussão internacional. No Brasil, entre muitas outras ações vale destacar o trabalho do grupo “Tortura Nunca Mais”, que recebeu fortemente o apoio e a cobertura do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo.

#### **PAZ, JUSTIÇA E INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO**

Na declaração final da Assembléia de Vancouver (1983), o CMI confirmou, mais uma vez, seu compromisso com a luta pela vida e contra os poderes da morte. Repudiou os poderes que manipulam a vida das pessoas e aumentam a pobreza e a dor. Conclamou a uma nova ordem econômica e social em que o poder seja dividido e que a justiça e a solidariedade constituam seus fundamentos. Denunciou que a injustiça reinante, constante e opressora leva à violência. Condenou mais uma vez o armamentismo e a corrida nuclear.

Nesse conclave ficou ainda mais explícito o compromisso do CMI com a causa ecológica. Não apenas a defesa da vida humana, mas de toda a obra de Deus. O respeito à natureza é compromisso e preocupação imprescindível do ecumenismo. Uma rica elaboração bíblica e teológica dá fun-

damentação a esse compromisso. Os sinais dos tempos sempre fazem parte da agenda do Conselho Mundial de Igrejas.

### **DÉCADA ECUMÊNICA DAS MULHERES**

As igrejas não podem desconhecer os anos de discriminação que as mulheres têm sofrido nas sociedades e nas igrejas. Hoje há todo um robusto movimento de caráter mundial para resgatar essa dívida social. O CMI elaborou um extenso programa de discussão, de estudos e de mudança de mentalidade com referência aos direitos da mulher. Durante toda uma década ocorreram atividades especiais enfocando essa questão.

### **GLOBALIZAÇÃO E ÉTICA**

Hoje vivemos nova conjuntura mundial. O projeto neoliberal que se tem implantado em quase todos os países está produzindo crises sociais de amplitude nunca vista. O capital financeiro especulativo e predatório, com a sua atuação globalizadora, não respeita a soberania nacional, as diversidades culturais e os direitos dos pobres e excluídos. Uma perversa competitividade, o mercado como valor absoluto e a circulação sem regulamentação do capital financeiro são marcas de um novo momento. A pobreza aumenta, a violência cresce, a injustiça das relações se institucionaliza. Aliando-se a outros movimentos o CMI se propõe a analisar a atual conjuntura sob o prisma da ética e da justiça. Em Harare, na Assembléia do Jubileu, o grave momento mundial vai ser examinado e julgado. As igrejas serão chamadas a se posicionar perante essa crise que não é somente econômica, mas de valores, com graves conseqüências para as nossas sociedades.

### **PARTILHA DE RECURSOS**

A prática da solidariedade é marca permanente do movimento ecumênico manifestando-se por meio de ações concretas. O Conselho tem se constituído em um eficiente instrumento

para o exercício do compartilhar ecumênico de recursos, estimulando as igrejas e organizações a refletir o verdadeiro sentido da diaconia. A cooperação financeira ecumênica por intermédio do CMI tem possibilitado o desenvolvimento de muitos projetos que lutam pela justiça, pela ajuda aos necessitados, pelo direito da sociedade etc. Sem a colaboração do Conselho muitas instituições em diversos países, inclusive o Brasil, não teriam desempenhado o papel importante que exerceram em momentos graves da sociedade. É significativo o montante de recursos financeiros canalizado pelos diversos departamentos da CMI. Nos momentos em que comunidades enfrentam situações de emergência provocadas por desastres naturais (terremotos, enchentes, secas, etc.) assim como por razões de guerra, violências, epidemia, etc., sempre a diaconia ecumênica esteve presente.

Muitos outros aspectos do compromisso social do ecumenismo poderiam ser apresentados. Anotamos apenas alguns como indicadores da compreensão abrangente do CMI da missão do povo de Deus no mundo de hoje.

### **LINHAS DA AÇÃO SOCIAL ECUMÊNICA**

O compromisso social do CMI, ao responder aos desafios sociais básicos do momento histórico, fundamenta-se em diretrizes que foram sendo construídas no decorrer destes 50 anos da sua intensa atividades.

O reverendo Israel Batista, destacado estudioso do movimento ecumênico e que nas últimas décadas dirige importante serviço no CMI, resumiu os princípios dinamizadores que têm pautado a ação da instituição, num documento intitulado "Reverendo a história del CMI sin nostalgia", da seguinte forma:

1. O pobre, o marginalizado, o oprimido são o lugar epistemológico, por excelência, da ação ecumênica. O CMI tem demonstrado uma sensibilidade intensa contra os poderes e os sistemas que os oprimem. Há uma

vertente testemunhal profética anti-sistêmica de grande maturidade e riqueza no movimento ecumênico.

2. O posicionamento ecumênico ao interpretar a história sempre tem estado animado por uma visão utópica. É o desafio de sonhar com uma verdadeira *oikoumene* e em afirmar que se pode ir adiante das crises que afetam o mundo habitado.

3. A Igreja não pode situar-se à margem ou distante da problemática do mundo. Ao contrário, deve confessar e incluir sua cota de responsabilidade.

4. Desde o início o CMI se constituiu em um sonho e uma visão. Essa esperança não se dá no abstrato, mas consubstancia-se em testemunhos vivos de participação ativa.

5. O tema do "pecado estrutural" torna-se mais evidente do que nunca. O espírito do CMI é de não conformar-se com os poderes deste mundo e proclamar o espírito do jubileu bíblico.

### **"BUSCAI A DEUS COM A ALEGRIA DA ESPERANÇA"**

Em Harare, Zimbábue, em dezembro de 1998, será realizada a oitava assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, o qual celebrará o jubileu de ouro. A temática a ser estudada é uma exortação a impugnar a cultura da indiferença, o egocentrismo e a violência. É uma proclamação da verdadeira razão da vida e reafirmação da esperança arraigada na fidelidade de Deus. Será um julgamento da atual situação do mundo, e como assembléia do Jubileu é um chamado às igrejas e ao mundo para a construção de uma sociedade da paz e da justiça.

---

Jether Pereira Ramalho é sociólogo, integrante de KOINONIA e presidente do Cesep.

# ESTUÁRIO DO MOVIMENTO ECUMÊNICO

Tal qual rios afluentes, a história do movimento ecumênico construiu-se pela confluência de grupos preocupados com o testemunho da ação salvífica de Cristo para a humanidade. Das condições de possibilidades históricas deste movimento, deve-se enfatizar, inicialmente, o papel do movimento missionário do final do século XIX, que suscitou um problema axial da missão: como pregar a mensagem de Cristo aos povos, divididos por denominações intolerantes? Este eixo permitiu os grandes encontros, os projetos e diálogos que dignificam o cristianismo neste século. E aqui, destacamos alguns marcos deste processo.

• **Conferência Missionária Internacional** (Edimburgo, Escócia, 1910) – Em plena “Era dos Impérios”, teve como discussão central a relação entre unidade e missão, compreendendo que a missão cristã devia efetuar-se no mundo todo, desligada de projetos de dominação, surge o Conselho Missionário Internacional.

• **Movimento Fé e Constituição** (Lausanne, Suíça, 1925) – Seguindo o ímpeto de tocar em temas contundentes, nasceu da tentativa de diálogo sobre as questões doutrinárias que alimentavam divisões. Em Edimburgo, Escócia (1937), surge a proposta de um Conselho Mundial de Igrejas.

• **Movimento Vida e Trabalho** (Estocolmo, Suécia, 1925) – Diante das consequências da 1ª Grande Guerra — destruição, mortes e misérias — era imperativo se questionar sobre a atuação dos cristãos neste mundo. Em Oxford, Inglaterra (1937), tratou-se de temas audaciosos como luta pela democracia, relação Igreja e Estado, responsabilidade pela justiça social. Aí se reafirmou a intenção de se criar um Conselho Mundial de Igrejas.

• Há ainda as contribuições dos grupos preocupados com a educação cristã da infância e da juventude nas Escolas Dominicais, institutos bíblicos. Dos movimentos de juventude e do Conselho Mundial de Educação

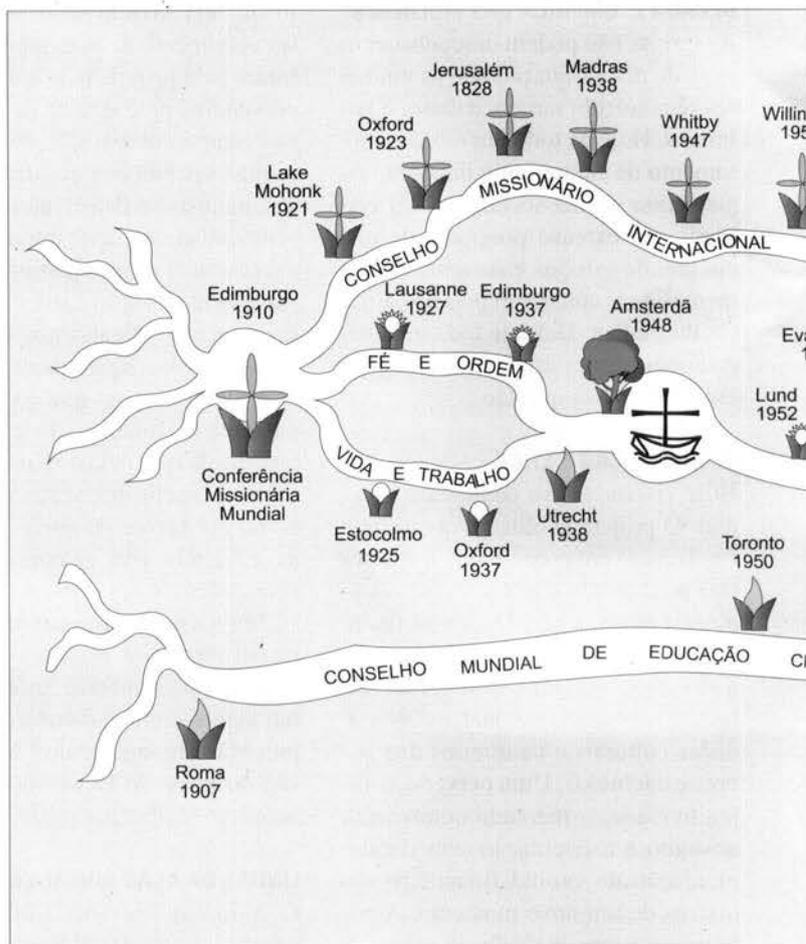
Cristã, surgiram importantes lideranças, e até secretários do Conselho Mundial de Igrejas.

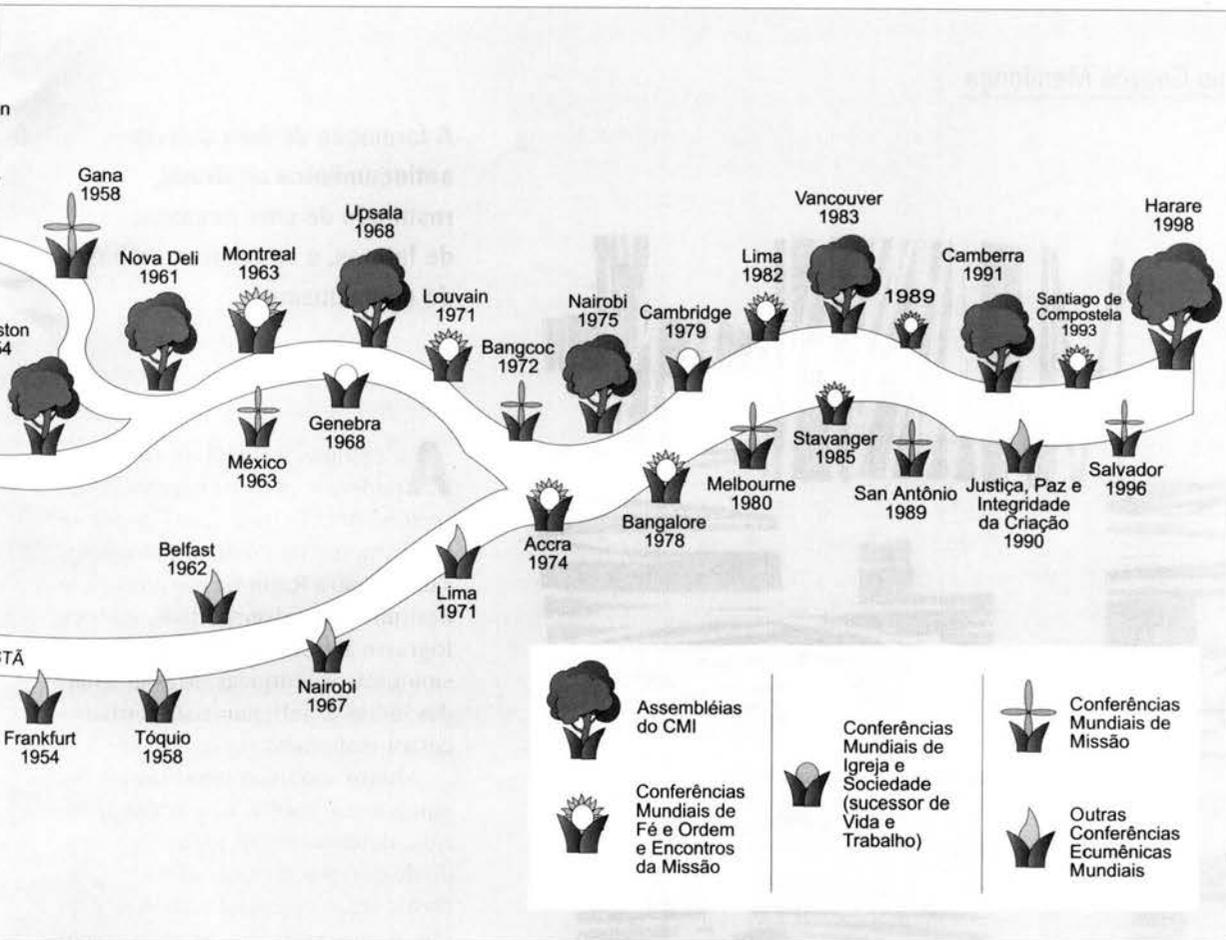
• **Conselho Mundial de Igrejas** (Amsterdã, Holanda, 1948) – Adiado desde 1942, em virtude da 2ª Guerra Mundial, foi resultante do processo de aproximação das Igrejas. As Igrejas (146) assinaram uma confissão de fé comum: “O Conselho Mundial de Igrejas é uma comunidade de Igrejas que confessam ao Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador segundo o testemunho das Escrituras e procuram responder juntas à sua vocação comum para a Glória do Deus único, Pai, Filho e Espírito Santo.” Compreendia-se que a causa da unidade não

era neutra para as grandes questões mundiais, como as Grandes Guerras. Esta 1ª Assembléia teve como tema “O Desígnio de Deus e a Desordem do Mundo”.

• **2ª Assembléia do CMI** (Evanston, EUA, 1954) – “Jesus Cristo, a Esperança do Mundo”. Em um tempo de “Guerra Fria”, do “macarthysmo”, do “stalinismo”, as Igrejas renovam suas esperanças e reafirmam a necessidade da unidade.

• **3ª Assembléia do CMI** (Nova Délhi, Índia, 1961) – “Jesus Cristo, a Luz do Mundo”. Neste momento deu-se a incorporação das igrejas ortodoxas e a filiação das do Terceiro Mundo, incluídas as pentecostais. A Igreja Católica





vivia o Concílio Vaticano II.

• **4ª Assembléia do CMI** (Upsala, Suécia, 1968) – “Eis que Faço Novas Todas as Coisas”. Período de intensa turbulência em várias partes do mundo (revoltas estudantis, lutas por libertações no Terceiro Mundo, Guerra do Vietnã, revolta na Tchecoslováquia). As Igrejas discutem a participação no Desenvolvimento, e a luta contra o racismo.

• **5ª Assembléia do CMI** (Nairóbi, Quênia, 1975) “Jesus Cristo — Liberta e Une”. Das 286 igrejas filiadas, 152 eram do Terceiro Mundo. Logo, as questões foram: militarismo, força e estratégia das multinacionais, violações dos direitos Humanos — afir-

ma-se uma cristologia marcada pelo conceito teológico de “libertação”.

• **6ª Assembléia do CMI** (Vancouver, Canadá, 1983) “Jesus Cristo — A Vida do Mundo” – A partir da tomada de consciência de que a vida estava ameaçada por um conflito nuclear, neste Encontro surgiu o grande apelo ecumênico por “Justiça, Paz e Integridade da Criação”.

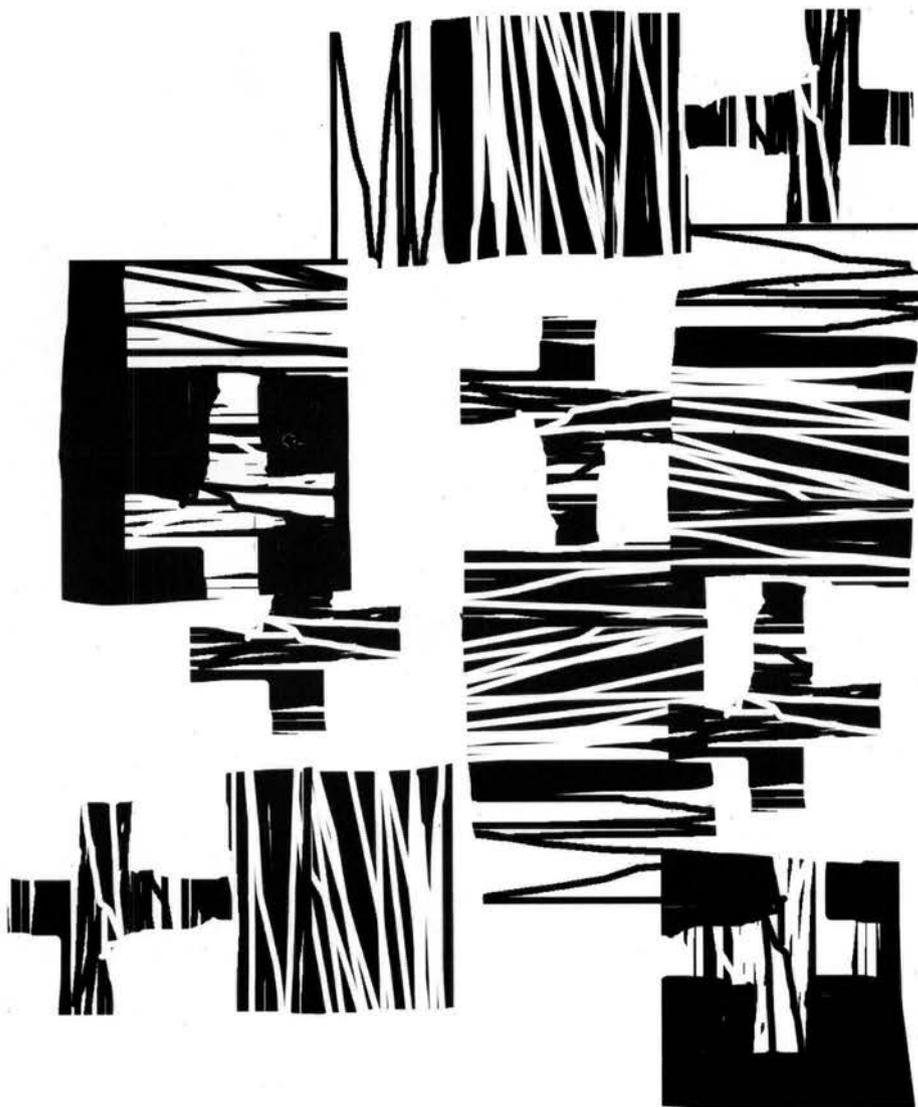
• **7ª Assembléia do CMI** (Canberra, Austrália, 1991) “Vem, Espírito Santo, e Renova Toda a Criação – 317 igrejas faziam parte do CMI. Esta Assembléia foi marcada pelo dinamismo das expressões religiosas populares, significado da missão cristã no contexto da pluralidade cultural e os desafios dos

novos movimentos sociais das mulheres, dos negros, de ecologia.

• **8ª Assembléia do CMI** (Harare, Zimbábue, 1998) “Voltar-se para Deus com Alegria e Esperança” – São diversas questões girando em torno das expectativas para o novo milênio: a mundialização e as políticas de governo mundial, problemas de violência e guerra, o enfrentamento do Diálogo Interreligioso frente ao proselitismo, racismo e etnocentrismo. Celebrando os 50 anos do CMI, as Igrejas-membros (330), voltam-se, com esperança, para a unidade, num momento em que o capitalismo mundial vivencia uma das mais fortes crises econômicas de sua história.

# O NÃO-ECUMENISMO NO BRASIL

Antonio Gouvêa Mendonça



Martha Braga

**A formação de uma cultura antiecumênica no Brasil, resultado de uma conjugação de fatores, e as contramarchas do ecumenismo**

**A**s culturas ocidentais européias puderam construir ao longo de séculos uma cultura cristã a que se pode chamar de cristianismo universal. Mesmo a Reforma não conseguiu destruir essa universalidade, embora lograsse introduzir diferenças ecle-siológicas e litúrgicas. Mas as grandes linhas da religião cristã permaneceram inalteradas.

Muitos teólogos importantes, assim como filósofos não menos notórios, desenvolveram idéias no sentido de desvelar o essencial na religião cristã; ora, o essencial nada mais é do que o universal. Em dado momento desse esforço a cultura cristã confundiu-se no Ocidente com a própria religião cristã. No máximo alguns estudiosos puderam admitir uma cultura latino-católica e uma cultura protestante anglo-saxã. Mas, neste caso, nunca estiveram em jogo diferenças de essência, mas sim de cultura em que entravam em jogo características de desenvolvimento desigual de sociedades em processos de mudança como conquistas, disparidades econômicas e migrações.

## **ECUMENISMO É COISA DO PROTESTANTISMO**

Mas, a idéia de um cristianismo universal, equivalente no Ocidente à religião universal por causa, principal-

mente, do surto, no fim do século XIX, das idéias positivistas no estudo das religiões, saindo das obras dos teólogos e filósofos para as cabeças de líderes religiosos, leigos e clérigos, incorporou-se no grande ideal ecumênico. A grande expansão protestante na esteira da expansão dos países colonialistas, sem importar a forma de colonização, aguçou diferenças conflitantes, embora de caráter secundário, na grande e complicada malha do protestantismo, o que não aconteceu com o catolicismo romano, mais coeso e uniforme. É por isso que o ecumenismo, em sua essência, é um evento histórico protestante. Ecumenismo é coisa do protestantismo porque foi ele que sentiu na pele o escândalo do seu próprio divisionismo.

Todo o movimento ecumênico do século XX, cujos pontos de partida foram as conferências mundiais de Vida e Ação (Estocolmo, 1925) e Fé e Constituição (Lausanne, 1927), com desfecho na formação do Conselho Mundial de Igrejas (Amsterdã, 1948), tem-se resumido num chamado às igrejas a uma unidade visível, não só nos elementos essenciais da fé cristã, mas também na prática, na vida das igrejas.

Ora, como projeto de unidade visível, tem sido entendido, ao longo desse processo histórico, sobretudo nas áreas de igrejas novas e de missão, como um grandioso e traiçoeiro projeto de uma futura superigreja. Mais modestamente essa superigreja poderia ser a união tão desejada de todo o fragmentado mundo protestante, embora visões mais ambiciosas não descartassem a grande utopia de um cristianismo universal em que todas as igrejas do Ocidente e do Oriente se uniriam.

No Brasil, já no começo da década de 1930, Epaminondas Melo do Amaral (*O Magno Problema*, 1934) já lamentava a desunião do protestantismo e sonhava com a possível e necessária união de todas as igrejas protestantes. Mas, em obras subsequentes, Amaral avançou sonhos de um

cristianismo integral. As idéias desse presbiteriano, embora novas e até certo ponto radicais em seu ambiente, mostram que o movimento ecumênico estava sendo acompanhado no Brasil desde seus primórdios e já possuía reduzidos, mas lúcidos, adeptos.

Entretanto, o ingresso, em 1954, do cristianismo oriental no Conselho Mundial de Igrejas (CMI), acrescido da antiga desconfiança provocada pela presença de católicos romanos na Comissão de Fé e Constituição, lançou mais fermento na massa dos críticos do ecumenismo. Para estes, o movimento ecumênico, agora encarnado no CMI, aspirava de fato à universalidade herética centrada em Roma ou Genebra. Invocando a Reforma, afirmavam que a fragmentação do cristianismo fora um mal necessário para quebrar o orgulho de uma grande igreja poderosa e herética que jamais deverá reerguer-se, para o bem do cristianismo.

Além disso, a propaganda vinda do exterior verteu no ambiente das igrejas forte condimento político ao insinuar que a entrada das igrejas ortodoxas do Leste europeu significava aproximação perigosa do socialismo soviético.

### O PAN-PROTESTANTISMO COMO TENTATIVA ECUMÊNICA

O não-ecumenismo no Brasil é um fato visível para o observador. O máximo que se conseguiu até hoje, em termos ecumênicos, no âmbito eclesiástico, foi uma espécie de pan-protestantismo, representado por três etapas distintas de sua história: a Comissão de Cooperação, originada no Congresso do Panamá; sua sucessora, a Confederação Evangélica do Brasil (CEB); e o Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), pela sua Seção Brasil.

Mas esse pan-protestantismo nunca foi coeso — porque algumas igrejas mantiveram-se a alguma distância dele —, e hoje a fragmentação é patente dada a presença no cenário de três diferentes organizações ecumê-

## DENOMINAÇÕES EVANGÉLICAS BRASILEIRAS

<b>Protestantismo de Missão</b>	Congregacionais Presbiterianos Metodistas Batistas Episcopais Luteranos de Missouri (EUA)
<b>Protestantismo de Migração</b>	Anglicanos Luteranos (da Alemanha) Reformados
<b>Pentecostalismo Clássico</b>	Assembléia de Deus Igreja de Deus Congregação Cristã Evangelho Quadrangular
<b>Pentecostalismo Autônomo</b>	Brasil para Cristo Deus é Amor Casa de Benção Nova Vida Universal do Reino de Deus Cristo Vive
<b>Neodenomina- cionalismo</b>	Batista de Renovação Metodista Wesleyana Cristã Presbiteriana Comunidade Evangélica Renascer Comunidades Autônomas
<b>Seitas</b>	Testemunhas de Jeová Mórmons Adventistas

Fonte: Extraído do artigo de José Bittencourt Filho publicado no livro *Novos Movimentos Religiosos na Igreja e na Sociedade*. São Paulo: AM Edições, 1996. p.42.

## A propaganda antiecumênica alimentou-se da confusão premeditada entre ecumenismo e comunismo

nicas de igrejas com tendências às vezes paralelas, às vezes divergentes. As composições do Clai, da Associação Evangélica Brasileira (AEvB) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) mostram convergências e divergências no interior do campo religioso e ecumênico brasileiro só explicáveis pela história, principalmente pela ausência de autonomia dos corpos eclesiásticos que o compõem.

Sob o ponto de vista do ideal ecumênico mais amplo, só o Conic conseguiu ultrapassar os limites do pan-protestantismo por abrigar em seu seio representantes da universalidade do cristianismo, como católicos romanos, anglicanos, ortodoxos e protestantes. Todavia, o Conic é composto somente por sete igrejas, e grandes igrejas protestantes não se incluem entre seus membros.

A história do ecumenismo no Brasil, tendo em vista as tendências dos diversos ramos eclesiásticos, indica que o Conic está na contramão e que continuará nela até que todas as correntes se invertam. Quando acontecerá essa inversão? As tendências atuais não são animadoras porque as contradições não estão superadas.

### HÁ UMA CULTURA ANTIECUMÊNICA NO BRASIL

Embora não seja simples entender as contradições — porque as verdadeiras razões delas estão quase sempre dissimuladas por racionalidades as mais diversas —, é possível tentar avançar um pouco na questão do não-ecumenismo brasileiro, o qual, visto de um ângulo mais aberto, apresenta-

se como uma cultura não-ecumênica.

Primeiramente, as religiões assumem caráter de uniformidade desde que se confundem com a cultura. O cristianismo, espalhando-se pelo mundo, tornou impossível essa uniformidade de sentido universal. Isso só foi possível em áreas culturais circunscritas, como Oriente e Ocidente, por exemplo, onde assume formas distintas e localmente uniformes. Particularmente, o protestantismo, embora muito fragmentado, conseguiu estabelecer lastros culturais muito nítidos nas áreas da Europa mais atingidas pela Reforma. Os Estados Unidos, apesar de serem a pátria do denominacionalismo, conservaram a cultura protestante por causa da origem puritana de sua colonização.

Quando a religião está arraigada na cultura, o ecumenismo torna-se menos difícil porque não está presente o risco de perda de espaço e de identidade. Mas quando a religião está fragmentada em grupos diferentes, o ecumenismo encontra sérios entraves, principalmente se acrescentar-se a esses fatores o enclave desses grupos em cultura mais ampla e diferente.

### CONTRADIÇÃO ENTRE TRADIÇÃO TEOLÓGICA E DENOMINACIONALISMO

Os missionários que vieram para o Brasil, em sua quase totalidade norte-americanos, trouxeram uma teologia mais ou menos uniforme, mas ao mesmo tempo implantaram o denominacionalismo. Embora não se justifique socialmente no Brasil, ao menos a partir das teses de Richard Niebuhr, o denominacionalismo se consolidou por outras razões, como composição de grupos sociais primários ou secundários. Por outro lado, a inserção desses grupos numa cultura religiosa de outro tipo, universal e consolidada, reforçou a coesão interna desses grupos com base em racionalidades religiosas. As denominações protestantes no Brasil não apresentam razões de ser que não sejam estas.

A introdução das denominações

protestantes no Brasil só foi possível pela ocupação de espaços e interstícios da cultura católica. Foi necessária a apresentação de uma mensagem religiosa anticatólica e fortemente caracterizada pela oposição à cultura. O crescimento do protestantismo sempre esteve relacionado com o decréscimo do catolicismo.

### CONFUSÃO IDEOLÓGICA

Na década de 1960 o movimento ecumênico, envolvido nas grandes transformações sociais e culturais, chamou as igrejas a assumirem lugar nessas mudanças em favor da justiça social. Isso foi o suficiente para que os adversários do ecumenismo o acusassem de esquerdista e alimentador do avanço do comunismo. A propaganda antiecumênica alimentou-se bastante da confusão ideológica entre ecumenismo e comunismo, nutrida com indisfarçável má-fé.

O não-ecumenismo no Brasil tem, assim, suas bases numa conjugação de fatores que configura uma espécie de cultura antiecumênica. Se até o fim da década de 1960 o denominacionalismo, a contradição protestantismo-catolicismo e a exploração ideológico-política do ecumenismo como parceiro do comunismo entravaram o progresso do movimento; hoje, com a fragmentação ainda mais pronunciada do cristianismo brasileiro em centenas de grupos religiosos que disputam espaço na sociedade, a realização do grandioso ideal da *oikoumene* parece ainda mais remota e, quem sabe, até descartada definitivamente. O comportamento sectário dos pequenos e grandes grupos e a auto-defesa das igrejas tradicionais parecem sustentar esta idéia. Desafortunadamente.

Antônio Gouvêa Mendonça é teólogo, professor do Instituto Metodista de Ensino Superior.

# DO MICROECUMENISMO

Paulo Botas

**Comer junto, partilhar junto, rezar junto – não uma única e mesma oração, mas as diversas que brotam de todas essas profanas humanidades que de tão humanas e seculares se tornam sagradas porque tocadas pelo amor humano e pela contemplação da Criação de Deus. Esse é o pano de fundo apontado pelo autor, que defende o fim da intolerância para fortalecer o diálogo inter-religioso**

*Hem? Hem? O que mais penso, texto e explico: todo-o-mundo é louco. O senhor, eu, as pessoas todas. Por isso é que se carece principalmente de religião: para se desendoidecer, desdoidar. Reza é que sara da loucura. No geral. Isso é que é a salvação-da-alma... Muita religião, seu moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... Uma só, para mim, é pouca, talvez não me chegue. Rezo cristão, católico, embrenho a certo; e aceito as preces de compadre meu Quelemén, doutrina dele, de Cardéque. Mas, quando posso, vou no Mindubim, onde um Matias é crente, metodista: a gente se acusa de pecador, lê alto a Bí-*

*blia, e ora, cantando hinos belos deles. Tudo me quieta, me suspende. Qualquer sombrinha me refresca. Mas é só muito provisório. Eu queria rezar – o tempo todo. Muita gente não me aprova, acham que lei de Deus é privilégio, invariável. E eu! Bofo! Detesto! O que sou? — o que faço, que quero, muito curial. E em cara de todos faço, executado. Eu? — não tresmalho! Olhe: tem uma preta, Maria Leôncia, longe daqui não mora, as rezas dela afamam muita virtude de poder. Pois a ela pago, todo mês — encomenda de rezar por mim um terço, todo santo dia, e, nos domingos, um rosário. Vale, se vale. Minha mulher não vê mal nisso. E es-*



Peter Williams/ CMI

“Não há diálogo sem encontro.”

tou, já mandei recado para uma outra, do Vau-Vau, uma Izina Calanga, para vir aqui, ouvi de que reza também com grandes meremerências, vou efetuar com ela trato igual. Quero punhado dessas, me defendo em Deus, reunidas de mim em volta...Chagas de Cristo!”.

(Grande Sertão, Veredas. Guimarães Rosa)

**N**a década de 1960 — lá se vão 30 anos —, uma palavra foi marcante nas relações religiosas e políticas de homens e mulheres: diálogo. A descoberta oficial dos não-crentes pelos documentos do Vaticano II e a exigência evangélica de uma disponibilidade fraterna e respeitosa, mediada pela boa vontade dos que se dispunham a enfrentá-la, eram condição *sine qua non*, sobretudo entre cristãos e marxistas oriundos da mesma matriz religiosa. As demais religiões eram ainda definidas de maneira negativa como não-cristãs.

O documento do Secretariado para os Não-Crentes publicado em agosto de 1968 reiterava que “a intensificação das relações humanas favoreceu a tomada de consciência do pluralismo como dimensão característica do nosso tempo”. E que esse pluralismo não poderia existir se “os homens e as comunidades, de índole e cultura diversas, não dialogarem entre si” (Documento Pontifício 178 — *Diálogo com os não-crentes* — Petrópolis, Ed. Vozes, 1969).

Nesses tempos de utopias ainda não existia o “politicamente correto”, nem as “relações de gênero”, e *homens* significava apenas a humanidade e as mulheres se reconheciam integradas nessa expressão sem que ela significasse nenhum *chauvinismo machista*....

Feito este pequeno mas vital reparo, voltemos às nossas reflexões... porque os cristãos eram chamados a “promover, de toda forma possível, o diálogo entre os homens em qualquer nível, como expressão de amor fraterno

acomodado às exigências de uma humanidade adulta e em crescente progresso”.

E essa atitude, para os conciliares, exigia “retidão, estima, simpatia e bondade” (cf. *Ecclesiam Suam*, n.46) para com os “três círculos concêntricos de interlocutores: a totalidade dos homens, muitos dos quais não têm religião alguma, os adeptos de religiões não-cristãs e os nossos irmãos cristãos não-católicos”. Retidão, estima, simpatia e bondade eram os pontos cardeais que trocados em miúdos se resumiriam numa só palavra: tolerância.

Afirmar a pluralidade cultural e religiosa, abrir-se ao conhecimento dessa diversidade numa busca de verdade e de afirmação das diferenças eram as bases para um diálogo proveitoso e denso que poderia conduzir os homens e mulheres à superação das suas intolerâncias e falta de solidariedade diante dos desafios sociais e políticos comuns.

E o documento conceitua o que entende por diálogo: “O diálogo é particularmente importante e complexo quando instaurado entre pessoas de opiniões diversas, às vezes também opostas, que tendem a dissipar os preconceitos mútuos e ampliar, na medida do possível, a esfera de suas convergências, seja no plano das simples relações humanas, seja na busca da verdade ou com a finalidade de uma colaboração prática nos mais diversos setores”.

Nada mais direto e claro. Não há possibilidade de diálogo sem encontro, palavra tão cara naqueles tempos em que os homens e mulheres ainda se encontravam olhando-se nos olhos, reconhecendo-se pelos rostos e se chamando pelos nomes. Eram capazes de trilhar caminhos, sonhar utopias e desejar um mundo mais humano e justo.

E os encontros poder-se-iam dar nos planos:

- “das simples relações humanas, que se propõem fazer sair os interlocutores do isolamento, da mútua des-

confiança e criar uma atmosfera de maior ‘simpatia’, estima recíproca e respeito;

- da busca da verdade, que trata de questões de maior importância para os próprios interlocutores, orienta o esforço comum para melhor compreensão da verdade e um mais amplo conhecimento da realidade;
- da ação, que tende a estabelecer as condições para uma colaboração em vista de determinados objetivos práticos, não obstante as eventuais divergências doutrinárias.”

O diálogo não era confronto nem inculturação mas um enriquecimento mútuo na afirmação das suas diferenças, extirpando toda e qualquer atitude proselitista... Dessa maneira aconteceram os diálogos entre cristãos e marxistas, tão caros aos países europeus como os temas dominantes do Vaticano II, os encontros entre católicos e os *irmãos separados* na busca de uma oração comum pela unidade. Posteriormente, esses diálogos, na América Latina, foram estabelecer formas de colaboração na superação das ditaduras militares, no *ecumenismo de base* para enfrentar regimes autoritários e a marginalização política, social e cultural do “povo”.

Mais tarde ainda, sonhou-se uma Igreja Popular, uma Teologia Morena, pastorais de libertação, liturgias renovadas e participativas que culminaram nos movimentos pentecostais, tanto católicos como protestantes. Esses movimentos, ao escamotear a Teologia da Trindade como comunhão, se autoproclamam apenas filhos e filhas do Sopro Divino e, como uma umbanda reformada, são possuídos, exorcizam, curam e purificam, sob o teto de uma Teologia da Prosperidade tanto mais próspera quanto mais línguas estranhas acontecerem. Para os católicos tropicais, cenários e cenáculos imersos em êxtases e histerias onde ecoa o grito de guerra: “Deus é Dez !!!!!...”

E com essa teologia da emoção e essa pastoral *rock gospel* deve-se ter muito cuidado porque é como caxum-

ba: quando essa juventude recair no tédio, na falta de perspectiva social e política, na fragmentação perversa da exclusão e o narcotráfico lhe oferecer de mãos cheias “sexo, drogas e rock and roll”, Deus não vai mais ser dez. O novo brado retumbante, suicida e com “adrenalina pura” será: “Deus é Mil!!!!...”

### PEQUENOS PASSOS

Mas... nestes últimos anos também demos pequenos passos para reconhecer outras tradições religiosas mais milenares do que o recente cristianismo que, nas mais diversas versões, terminou petrificado nas suas instituições. E daí falou-se, pós-modernamente, em macroecumenismo, o natimorto que nem viu tomar corpo a política vaticana da inculturação, oficialmente decretada em 1977 como uma práxis de ordem litúrgica, catequética e pastoral. Aliás, nada de novo debaixo do sol... a tal da inculturação

**Nestes últimos anos também demos pequenos passos para reconhecer outras tradições religiosas mais milenares do que o recente cristianismo que, nas mais diversas versões, terminou petrificado nas suas instituições**

é uma coisa muito antiga pois as quatro versões únicas dos evangelhos foram escritas em função das particularidades culturais e contextuais locais.

A Igreja, segundo a *Gaudium et Spes*, “desde o início da sua história aprendeu a exprimir a mensagem do Cristo se servindo dos conceitos e linguagens dos diversos povos”. Talvez seja por isso que os diversos ritos e costumes das igrejas locais têm sido objetos de grandes debates entre o papado e os episcopados. E haja intervenções veladas e/ou sem véus...

Se Deus está presente nessas diversas culturas, será que elas precisam ser “evangelizadas”? Ora, o Verbo Encarnado é o primeiro a se “inculturar”: tornou-se carne. E sua “inculturação” não é uma solidariedade conformista com o gênero humano, mas visa muito mais comprometer os homens e as mulheres com tudo aquilo que os conduz à plenitude da sua dignidade humana como criaturas de Deus e um Deus sem rótulos divisórios e cismáticos, mas presente em toda a criação. Sua Criação.

A “inculturação” do Verbo é uma solidariedade não solidarizante... Quem quiser entender que entenda. Reconhecer o outro é, ao mesmo tempo, diferença e riqueza que só podemos vivenciar no encontro, no diálogo e na comunhão.

### O MICROECUMENISMO DE KOINONIA

Desde a sua fundação e avançando na sua tradição ecumênica, KOINONIA tem procurado viver esta tríplice dimensão do diálogo: a ruptura do isolamento e da desconfiança em torno

do que existe de mais sagrado em todas as tradições religiosas — o estar junto para partilhar a comida e celebrar a oportunidade do encontro, da alegria e das descobertas; a busca da verdade como forma de libertação dos preconceitos e da ignorância; e ações de solidariedade que superem as possíveis divergências e visões de mundo e nos revelem o nosso destino comum como homens e mulheres numa sociedade pluralista e que deve se afirmar democraticamente.

Esse microecumenismo valoriza as relações interpessoais e tudo o que de revelador surge e emerge dessas relações. É um desvelar dos sonhos, das aspirações e dos desejos. É um acolher ternamente o outro na sua busca de Deus, mas um Deus mais generoso do que o apresentado pelas nossas miopias institucionais. É um cantar e um dançar, um orar e um contemplar feito de odores, sabores e cores tão diversos quanto diversas são as culturas em que esse único Deus se revela e se deixa amar. Porque temos aprendido que a continuação do Cristo histórico não se dá em forma de devoção comunitária mas em forma de pão e vinho. Dessa partilha e fraterno banquete onde comer é o ato mesmo em que o elemento humano se entrega ao cósmico para unir-se ao divino. Descobrir, na simplicidade e humildade, que as grandes amizades alimentam as grandes convicções e que elas surgem nas nossas vidas pelos gestos de amor e solidariedade que nos plenificam e salvam.

Comer junto, partilhar junto, rezar junto — não uma única e mesma oração, mas as diversas que brotam de todas essas profanas humanidades que de tão humanas e seculares se tornam sagradas porque tocadas pelo amor humano e pela contemplação da Criação de Deus.

Koinonia, comunhão dos diferentes, onde nosso microecumenismo existe no mistério e no segredo do coração de todos os que buscam superar as divisões e os estranhamentos, tendo em comum a mesa farta de



José Inácio Parente

Xangô. Otávio (BA). Acervo da Casa do Pontal, Rio.

comidas e bebidas diversas e plurais que brotaram da cultura cotidiana dos homens e mulheres.

Microecumenismo como o êxtase de Pedro embriagado pelo cheiro da comida que vinha da cozinha ao meio-dia. Na sua visão via uma grande toalha que descia do céu e nela estavam todos os tipos de quadrúpedes, répteis da terra e aves do céu. E Deus lhe ordenava: "Mate e coma!" Nada era impuro porque tudo era criação de Deus. Mais tarde, ao entrar na casa de Cornélio, um incircunciso, compreendeu a sua visão: nunca se deve dizer que um homem é profano ou impuro. Pedro comeu com eles e falou sobre a vida em plenitude. E, então, os dons do Espírito Santo foram derramados sobre-os-que-eram-diferentes-dele e, encantados, celebraram a vida plural que lhes era oferecida em abundância (Atos 10.1ss).

Pedro transgride o interdito e entra na casa do centurião. Descobre a liberdade de sair da sua intolerância para entrar na casa de Cornélio, um homem de oração e solidário com o povo. A Bíblia nos ensina a visitar a casa do outro, do diferente de nós, de sentar à sua mesa e comer a sua comida e beber a sua bebida pois são gestos de partilha e comunhão, mas sobretudo de encontros que afirmam identidades pela valorização das diferenças.

Nestes tempos de explosão do sentimento religioso, o microecumenismo de KOINONIA tem aprendido a vivenciar, com pessoas concretas, piedosas e tementes a Deus, o Sermão da Montanha do diálogo inter-religioso:

1. Quando entrares num diálogo inter-religioso, não *penses* adiantado no que deves crer.
2. Quando *deres testemunho* da tua fé, não te defendas a ti mesmo nem defendas teus interesses concretos, por sagrados que estes possam te parecer. Faz como os pássaros do céu, que cantam e voam e não defendem nem sua música nem sua beleza.
3. Quando dialogares com alguém,

**A Bíblia nos ensina a visitar a casa do outro, do diferente de nós, de sentar à sua mesa e comer a sua comida e beber a sua bebida, pois são gestos de partilha e comunhão mas sobretudo de encontros que afirmam identidades pela valorização das diferenças**

observa teu interlocutor como se tratasse de uma experiência reveladora, como se olhasses – ou deverias olhar – os lírios do campo.

4. Quando iniciares um diálogo intra-religioso, procura arrancar primeiro a trava do teu olho antes de tirar a palha do olho do teu próximo.
5. Bem-aventurado sejas quando não te sentires auto-suficiente enquanto estiveres dialogando.
6. Bem-aventurado sejas quando confiares no outro porque confias em Mim.
7. Bem-aventurado sejas quando afrontares incompreensões de tua própria comunidade ou de outros por causa da tua fidelidade à Verdade.
8. Bem-aventurado sejas quando man-

tiveres tuas convicções sem as apresentar como normas absolutas.

9. Ai de vós, teólogos e acadêmicos, que desprezais o que os outros dizem porque o considerais incômodo ou não suficientemente "científico"!

10. Ai de vós, profissionais das religiões, se não escutais o grito dos pequenos!

11. Ai de vós, autoridades religiosas, porque impedis a mudança e a (re) conversão!

12. Ai de vós, gente religiosa, porque monopolizais a religião e sufocais o Espírito que sopra onde quer e como quer (Pannikar, Raimon — *La Nueva Inocencia* — Navarra, Editorial Verbo Divino, 1993)!

Tudo o que temos exercitado e testemunhado e tudo o que queremos continuar a exercitar e a testemunhar é que temos um mesmo Pai para todos nós. Que nos criou um mesmo Deus. Portanto, basta, definitivamente, de trabalharmos tão perfidamente uns contra os outros (cf. Malaquias 2.10).

Solitude, 4 de outubro de 1998

Dia de Francisco de Assis, o louco de Deus.

Paulo Botas é doutor em filosofia e integra a equipe de KOINONIA.

## DIVERSIDADE E COMUNHÃO – UM CONVITE AO ECUMENISMO

Sinodal/Paulinas, 52 pags. R\$ 5,00

*Diversidade e Comunhão – Um convite ao ecumenismo* é um guia de estudos que apresenta uma abordagem didática sobre o tema. Produzido com a colaboração de luteranos, católicos, episcopais, presbiterianos, metodistas e congregacionais, este livro serve como referência para todos os interessados em Ecumenismo, e pode ser utilizado também por grupos como classes de escola dominical, círculos bíblicos ou grupos de catequese. Publicado pela editora Sinodal e pelas Edições Paulinas, o livro foi organizado pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs seção Brasil e pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas no Brasil. *Diversidade e Comunhão* é um convite aos leitores para que participem da promoção da paz, da reconciliação e da comunhão entre pessoas e igrejas de tradições cristãs diferentes.

# A CASA E A GRAÇA

Odair Pedroso Mateus

**A unidade cristã será o fruto maduro da vitória sobre todos os empecilhos econômicos, políticos e culturais da unidade real da família humana ou ela não será senão instrumento de dominação e divisão. Esse é o ponto de vista do autor desta análise dos rumos do ecumenismo**

Assim como o amor é o filho grego da união entre a penúria e a astúcia, a palavra “ecumenismo” é filha, ela também grega, da união entre a casa e a terra. Os antigos juntaram as palavras *oikos*, lar, e *geo*, terra, e criaram o conhecido termo *oikoumene*, a terra onde há casas, a terra habitada.

Mas esse termo, aparentemente tão sereno e acolhedor, nasceu irmão gêmeo do que hoje consideramos violência política e cultural: a *oikoumene*, a terra-casa, a terra-lar, designava a terra que gregos ou romanos habitavam e submetiam ao seu domínio. O imperador era o *kurios tes oikoumenes*, isto é, o “senhor da terra habitada”, fora da qual viviam os “bárbaros”. A palavra *oikoumene* descrevia, portanto, o resultado do proces-

so político e cultural “civilizatório” de anexação do outro a si mesmo, de redução da diferença “bárbara” à identidade “civilizada”. É nesse sentido particularmente geográfico e político que ela foi empregada nos textos cristãos do primeiro século.

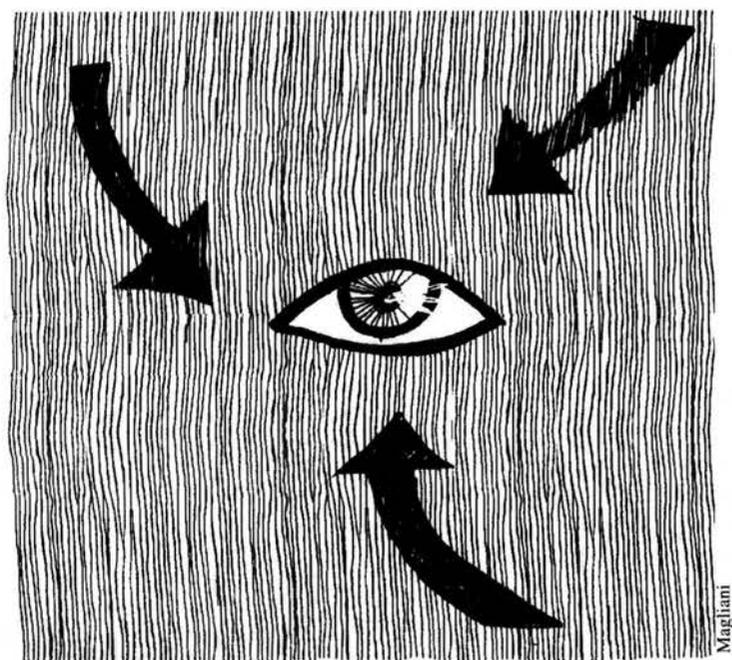
Depois da aliança entre o trono e o altar, entre o imperador e os bispos — aliança selada no quarto século da nossa era —, os teólogos cristãos espiritualizaram o termo *oikoumene*, mas não eliminaram sua referência ao poder. Ele passou a designar não mais a cidade dos homens e seu poderio imperial, mas a cidade de Deus e seu poderio hierárquico, fora da qual havia as “nações”, os “outros” da *oikoumene* cristã, os estrangeiros à fé a serem “conduzidos” à boa notícia.

O termo *oikoumene* passou também a qualificar tanto os concílios ou sínodos do altar convocados pelo trono quanto as decisões conciliares dotadas de autoridade e válidas para a Igreja em toda a parte. É por isso que, até hoje, a história do cristianismo chama os primeiros concílios — mesmo os que provocaram divisão — de concílios ecumênicos.

Alguém deve estar se perguntando, a esta altura, o que esse termo, com suas conotações geográficas, políticas, culturais e religiosas, tem a ver com tudo o que pensamos hoje quando falamos em ecumenismo e em movimento ecumênico. Pouco. Pelo menos à primeira vista.

## OS PRIMEIROS PASSOS

A idéia de chamar ecumenismo a luta pela unidade visível da igreja cristã “para que o mundo creia” data curiosamente da primeira metade do nosso século. Tanto é verdade que, ainda em 1900, uma conferência mundial



Magliani

Fala-se agora de “espírito ecumênico” para designar a consciência de se pertencer à unidade da igreja cristã que cruza as diferenças nacionais e confessionais.

missionária celebrada em Nova York autodesignou-se ecumênica porque, nas palavras de seus organizadores, “o plano de campanha que ela propõe cobre a área total do globo habitado”. Tanto é verdade que a própria conferência missionária mundial celebrada em Edimburgo em 1910 — que insistiu muito “na implantação de uma única Igreja unida em cada país de missão como o melhor método de promover a meta da evangelização mundial” e que continua sendo referência obrigatória em qualquer história do movimento ecumênico moderno — não precisou dessa palavra para enunciar o novo sentido de unidade cristã que ela adquiriria no século que chega ao fim. Tanto é verdade, finalmente, que o próprio conselho de igrejas criado em 1948 para promover o novo ideal ecumênico de unidade visível cristã ficou conhecido como Conselho Ecumênico em alemão e em francês e (palidamente) como Conselho Mundial em inglês, em espanhol e em português.

O protestantismo contemporâneo chamou ecumenismo a luta pela unidade que não deixa de integrar certa ameaça à livre diversidade gerada pelo próprio protestantismo. Essa noção é filha tanto da expansão missionária mundial do protestantismo — expansão visivelmente irmanada à era anglo-saxônica do capital mundializado, “ecumênico”, e de seus “extremos” coloniais — quanto do movimento prático de promoção da paz e da amizade internacionais por meio das igrejas cristãs.

Na seção sobre a igreja universal e o mundo das nações, os documentos de uma conferência de 1937, ocorrida em Oxford, opõem a palavra “ecumê-

nico” à palavra “internacional”. Esta última, dizem eles, aceita como naturais as divisões existentes entre os seres humanos. Aquela se refere “à expressão na história da unidade conferida à igreja”. Fala-se agora do “caráter ecumênico da Igreja” e da urgência de “dar conteúdo a essa afirmação cristã”. Fala-se agora de “espírito ecumênico” para designar a consciência de se pertencer à unidade da Igreja cristã que cruza as diferenças nacionais e confessionais. A evangelização e a promoção da paz em toda a *oikoumene* mundializada pela era do capital começam, assim, a ser percebidas como suspensas à comunhão visível que cruzaria todas as fronteiras existentes entre todas as igrejas cristãs ou famílias confessionais.

#### FRUTO MADURO

A reflexão teológica sobre os movimentos sociais, civis, estudantis e revolucionários do Norte e do Sul nos anos de 1960 — movimentos que um sábio colaborador de TEMPO E PRESENÇA chamou certa vez de comunidades do “proletariado mundial” e mostrou que elas falavam a linguagem do “humanismo político” ou “messiânico” — contribuiu decisivamente para que a guinada semântica do todo espacial, geográfico, ao todo do além-fronteiras e missionário de todas as igrejas e famílias confessionais cristãs não se tornasse mero instrumento ideológico na era do capital mundializado e de seus “extremos” coloniais.

Como contribuiu para isso? Ao condicionar o novo sentido de “ecumenismo” à inscrição não-religiosa de seu espírito na *oikoumene* humana. Dito de outro modo: ao insistir no fato de que a grande casa cristã, a *oikoumene* cristã, só não seria mal-assombrada se fosse edificada sobre a rocha da libertação de pobres, negros, mulheres e nativos. A unidade cristã, profetizou essa reflexão teológica, será o fruto maduro da vitória sobre todos os empecilhos econômicos, políticos e culturais da unida-

de real da família humana ou ela não será senão instrumento de dominação e divisão. É por esse caminho — que condiciona o “ecumenismo eclesialístico” ao “ecumenismo na perspectiva do Reino de Deus” — que tem transitado preferencialmente o linguajar ecumênico latino-americano que começa, aliás, a considerá-lo apenas “microecumenismo”.

O campo semântico por onde eramos neste texto não poderá, como disse o velho poeta, “emergir incólume” da tomada de consciência mundial da escassez crescente dos recursos naturais não-renováveis, da substituição do velho materialismo histórico pela crítica do caráter sacrificialista dos (des)ajustes estruturais ditos “neoliberais” e nem do inverno rigoroso que anda assolando Genebra e Roma. No espírito da aliança entre unidade cristã e unidade humana, nutrido pelo crer solidário da negação da morte precoce que persevera entre nós, o ecumenismo, que já não é mais confundido com o comunismo nem mesmo pelos fundamentalistas do *Bible belt*, vai alargando sua tenda e descobrindo novos membros de sua família semântica.

Ele vai descobrindo, por exemplo, a riqueza de significados do parentesco entre ecumenismo, economia e ecologia. São três, mas ao mesmo tempo são um. É a volta ao lar, ao *oikos*. A busca da unidade cristã e humana na casa de todos e de todas revela-se irmã gêmea do combate pela gestão humanizadora da escassez indispensável à reprodução da vida (economia) e pela sábia despatriarcalização da relação violenta da espécie humana com seu útero natural (ecologia). Esses três gestos graciosos e plenos de graça, por sua vez, comungam em símbolos seculares de fé que irmanam a dádiva da unidade e a dádiva da vida.

**Odair Pedroso Mateus** é doutor em teologia e secretário-geral da Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (Aste).

# ECUMENISMO PARA O NOVO MILÊNIO

Paulo Ayres Mattos

**Às portas do terceiro milênio, o ecumenismo vive momentos de indefinição quanto à sua identidade: submeter-se à ênfase exagerada na institucionalização do movimento ou manter-se fiel à proposta de unidade de todo o povo de Deus visando a um testemunho fiel do Evangelho. Neste artigo, o autor analisa esse quadro, tendo em vista especialmente a realização da Assembléia Geral do Conselho Mundial de Igrejas, principal símbolo do movimento ecumênico internacional**

**“O** ecumenismo morreu; viva o ecumenismo!” Esse brado vem sendo gritado nos últimos anos com muita insistência em diferentes contextos e situações. Que ecumenismo morreu? qual está vivo? As perguntas também têm diferentes respostas nos diferentes contextos e situações. E depende principalmente do lugar de onde falam os que buscam responder a elas.

O surgimento do movimento ecumênico moderno foi resultado da percepção e da indignação sobre quanto a divisão dos cristãos impedia tanto em casa como nos “campos missionários” o testemunho do Evangelho. Em casa, cristãos enfrentavam, contraditoriamente divididos por classes e nações, questões relacionadas com a justiça e a paz, num contexto em que o Evangelho foi engolido pelo “Cristo da Cultura”. Nos “campos misso-

nários”, além dessas, confrontavam-se com o testemunho do Cristo dividido entre diferentes, conflitantes e competitivas igrejas ante os povos a “serem evangelizados”, num contexto em que freqüentemente o Evangelho foi apequenado pelo “Cristo contra a Cultura”.

Foram essas percepções e indignação que atraíram, seduziram, mobilizaram e articularam homens e mulheres ao redor do mundo para o movimento ecumênico. Essa experiência de perceber e de indignar-se com a fragmentação de igrejas e do próprio mundo somente se pode atribuir ao mover do Espírito de Deus em meio às dores vividas pelas igrejas num mundo que crescentemente sofria um alucinante e galopante processo de autodestruição. A busca pela unidade do *laos tou theou* (povo de Deus) para um testemunho mais íntegro ante as questões de vida e morte enfrentadas pela humanidade na virada do século XIX e a maior parte do século XX empolgou gerações e gerações ecumênicas. Foi esse projeto que tornou possível que o ecumenismo sobrevivesse às catástrofes do colonialismo, de duas guerras mundiais, de centenas de “guerras localizadas”, da guerra fria, da miséria e da exclusão impostas pela espoliação internacional, do imperialismo cultural, do racismo, do sexismo e da intolerância religiosa. Tal projeto tem tido sempre como inspiração e referencial maior o Evangelho do Reino anunciado por Jesus de Nazaré, critério que julga não só a presente ordem de todas as coisas, mas principalmente a prática eclesial das próprias igrejas. A fidelidade ao projeto do Reino tornou possível o testemunho ecumênico do Evangelho

libertador em seis continentes nos últimos cem anos.

## A ARMADILHA INSTITUCIONAL

Da perspectiva de quem tem participado do movimento ecumênico em diferentes contextos nos últimos trinta e tanto anos, está cada vez mais claro que o ecumenismo que morreu não foi este e sim aquele que caiu na armadilha institucional. Não que depois de todo esse tempo se tenha degringolado para um basismo antiinstitucional; muito pelo contrário, pois considera-se a questão institucional cada vez mais pertinente para o movimento ecumênico. O que quero dizer é que ao optarem pela realização institucional do projeto de unidade da *oikoumene*, os setores ecumênicos que fizeram tal opção entraram num beco sem saída.

A opção pela institucionalização do movimento ecumênico tem sido resultado de um processo que foi se impondo ao longo de mais de cinquenta anos, desde a famosa Conferência de Edimburgo, cuja expressão mais visível foi a criação de conselhos de igrejas, nos níveis mundial, regional e nacional, e de uma série de outras instituições eclesiais e paraeclesiais. Essa opção levou a uma estratégia que reforçou a obsessão pela quantidade, com inclusão de maiores contingentes de igrejas e grupos em tais organismos, em detrimento da qualidade daqueles setores das igrejas que impulsionaram o projeto ecumênico entre o último e o primeiro quartos dos séculos XIX e XX.

Mas à medida que o processo de institucionalização tomou maior impulso, especialmente a partir do final dos anos de 1960, tal projeto cada vez

mais foi preterido em favor de uma unidade institucional na qual crescentemente foram sendo feitas concessões nos valores fundantes do ecumenismo. Esse ecumenismo, contudo, trouxe em si mesmo o germe de sua morte, pois a obsessão pelo crescimento quantitativo está acabando por matá-lo. Por outro lado, os setores eclesiásticos comprometidos com ele são os mesmos responsáveis pelo fortalecimento do confessionalismo e do fundamentalismo no interior das próprias igrejas, procurando crescentemente impor agendas denominacionais ao movimento ecumênico. E muitas dessas agendas denominacionais obedecem hoje ao paradigma da espiritualidade *prêt-à-porter* que a lógica do mercado livre impõe ao mundo das religiões. É a lógica da uniformidade do pensamento único, ao contrário da lógica ecumênica da “unidade na diversidade”. Exemplo claro desse desgastante momento é a atual situação vivida pelo Conselho Mundial de Igrejas, submetido incessantemente a ataques das próprias igrejas-membros em nome da “reta doutrina”.

#### “ECUMENISMO AO REVERSO”

Para agravar a situação, temos presenciado nos últimos vinte e cinco anos a hegemonia crescente do processo de globalização, o novo nome da exploração internacional. Na feliz expressão do bispo Aldo Etchgoyen, da Igreja Metodista Argentina, tal processo espoliativo levou à imposição do “ecumenismo ao reverso” a quase todo o mundo e o projeto de unidade das forças que em todo o lugar produzem principalmente de maneira massiva a opressão e a marginalização daqueles setores mais fracos de nossas sociedades. Tais forças têm buscado impor a lógica do pensamento único, ideologia correspondente à economia do mercado único, antípoda de tudo aquilo proposto pelo ecumenismo fiel ao Evangelho libertador. Infelizmente muitos setores eclesiásticos, consciente ou inconscientemente, têm-se curvado diante desse novo totalitarismo.

#### A fidelidade ao projeto do Reino tornou possível o testemunho ecumênico do evangelho libertador em seis continentes nos últimos cem anos

Para sobreviverem às novas regras do capitalismo financeiro, poderosos setores do ecumenismo institucional têm-se submetido e procuram submeter os parceiros a reestruturações institucionais que condicionam as parcerias a “políticas de resultados”, que acabam por desfigurar o compromisso libertário e libertador do ecumenismo.

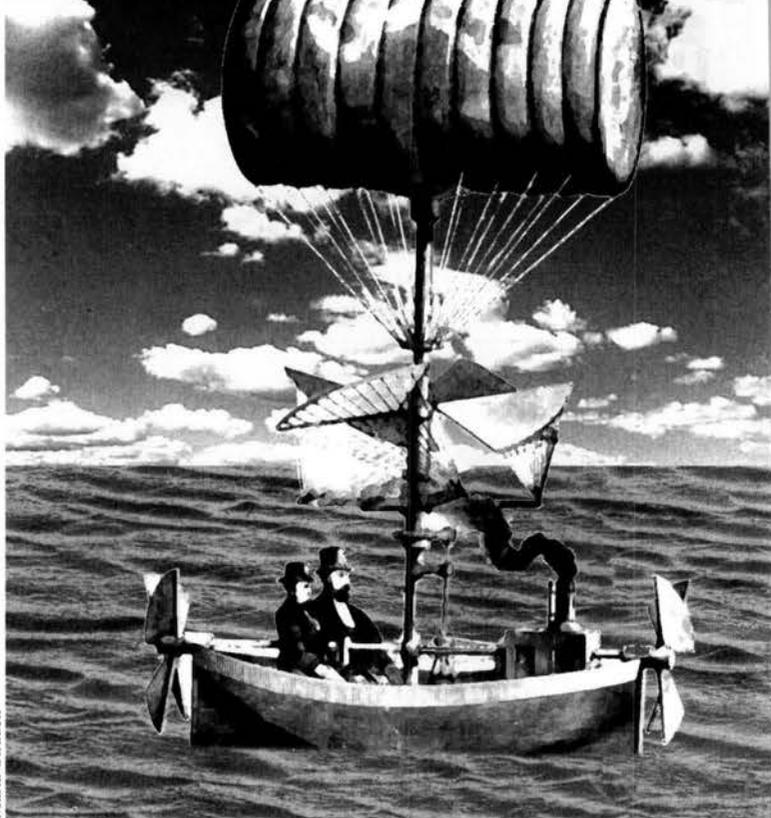
Ora, ao longo de quarenta anos, as pessoas que vieram a constituir o movimento representado hoje por KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço se inserem na corrente ecumênica que assume o compromisso com o Evangelho libertário do Reino como princípio fundante de sua prática tanto no interior das igrejas como no meio das sociedades em que vivem. Tem sido o compromisso evangélico com a liberdade e com a libertação que nos tem inspirado a nos levantar no interior de nossas

igrejas, da sociedade brasileira, em favor da justiça, da paz e da solidariedade. Temos lutado pela unidade de todo o *laos tou theou* como valor imprescindível para nosso testemunho e luta em favor da unidade de toda a *oikoumene*. É somente nessa perspectiva missionária que vai além das fronteiras da própria *Ecclesia* que encontramos sentido para a unidade dos seguidores de Jesus.

Em nome de tal compromisso com o Evangelho temos buscado assumir a luta pelos valores fundantes do ecumenismo na vida eclesiástica e social. E não com pouco sofrimento temos aprendido pouco a pouco que o testemunho evangélico nos empurra para a marginalidade e para a periferia de nossas igrejas e de nosso país. Isso tem custado a muitos de nós a experiência pessoal da perseguição e da exclusão, e, a alguns de nós, a da tortura e da morte. Tem sido, sem sombra de dúvidas, o preço por assumir como nossa a sorte dos excluídos e dos marginalizados que vivem na periferia do mundo.

#### O COMPROMISSO DE KOINONIA

Ao longo destes quarenta anos cometemos muitos equívocos em nossa



Marta Strauch

percepção e ação na vida de nossas igrejas e da sociedade. Houve momentos em que nossos referenciais com o Reino sofreram reducionismos ou fomos inspirados por outros valores que não os da solidariedade, da tolerância, da verdade, da justiça e da paz. Custou-nos, é verdade, muito perceber que havia na igreja e na sociedade outras exclusões que não as de classe, e que muitas das angústias que vivemos tinham a ver com os desejos não realizados da gente como indivíduos e comunidades... Também é verdade, como dizia o velho hino evangélico, que “tantos que corriam bem/ de ti longe agora vão;/ outros seguem que, também,/ sem calor e frio estão”. Nossos limites ainda nos impedem de ser mais inclusivos e incluintes. Tudo isso, entretanto, jamais tem arrefecido em nós o compromisso ecumênico com o Evangelho da liberdade. No dizer do apóstolo Paulo, temos nos sentido “atribulados, porém não angustiados; perplexos, porém não desanimados; perseguidos, porém não desamparados; abatidos, porém não destruídos...” (2 Coríntios 4,8,9). O ecumenismo libertário continua vivo e bem vivo nos proscritos da sociedade e das igrejas.

Nosso compromisso, nessa perspectiva libertária, tem marcado nossa trajetória ecumênica aos longo destes anos na antiga Confederação Evangélica do Brasil, em ISAL (Igreja e Sociedade na América Latina), no CEI, no CEDI, e hoje em KOINONIA. Foi esse mesmo compromisso que nos levou a estar em parceria com o Conselho Mundial de Igrejas, compartilhando continuamente a solidariedade ecumênica, especialmente nos trágicos “anos de chumbo”. Nosso companheirismo com o CMI tem-se baseado principalmente nos programas e projetos em favor da vida e da dignidade humana. Não temos nenhum problema ou constrangimento em assumir as lutas das vertentes ecumênicas que continuam afirmando que a unidade do *laos tou theou* só tem sentido quando a serviço missionário da

unidade de toda a *oikoumene*, na perspectiva dos valores e critérios proclamados pelo Evangelho do Reino.

### O FUTURO DO CMI

É por isso que vemos com tristeza os difíceis momentos por que passa o CMI exatamente quando está celebrando o jubileu de ouro. Sentimos que nos últimos anos a lógica do ecumenismo institucional tem abafado a lógica do movimento ecumênico no interior do CMI, levando-o a um perigoso momento de apatia e letargia missionárias. As indecisões quanto a um projeto movido pelo Espírito de Deus têm sido em grande parte resultado da tendência dominante no aparelho interno do Conselho de se submeter à lógica das igrejas, pois o Conselho tem deixado de ser um conselho *de* igrejas, para ser um conselho *das* igrejas. A razão de ser do Conselho, apesar de muitos de seus significativos programas nas áreas de evangelização, formação ecumênica, saúde, justiça, paz, integridade da criação e da solidariedade cristã ainda em andamento, predominantemente tem deixado de ser o movimento missionário para ser a instituição eclesiástica. É sob a égide dessas indefinições que o CMI estará celebrando a próxima Assembléia Geral, em Harare, Zimbábue, comemorando cinquenta anos de organização. Há muita apreensão em todos os setores ecumênicos quanto aos resultados dessa assembléia e suas implicações para o movimento ecumênico como um todo. É preciso reafirmar continuamente a importância institucional do CMI para o ecumenismo libertário, pois certamente é uma das poucas instituições internacionais com carisma para enfrentar os poderes e potestades hoje representados pelo FMI, Banco Mundial e outras instituições similares.

Como KOINONIA queremos reafirmar nosso compromisso com o movimento ecumênico libertário inspirado nos valores do Reino. Para nós isso, antes de mais nada, significa nadar contra a corrente que busca im-

por-se totalitariamente a todo o mundo: *ideologicamente*, é um não e um basta à lógica do pensamento único na sociedade e nas igrejas; *politicamente*, é um não e um basta à ditadura econômica do Mercado Livre; *teologicamente*, é um não e um basta à idolatria ao Deus Mercado; *culturalmente*, é um não e um basta à intolerância e ao sectarismo. Isso significa um compromisso inabalável com os setores marginalizados e excluídos pelo processo de globalização.

Ora, isso só poderá ser feito a partir das margens e das franjas da sociedade e das igrejas e nunca de seus centros de poder institucional. Significa um compromisso permanente com a proscricção. Essa tem sido e continuará sendo a nossa história. É nessa perspectiva que continuaremos trabalhando solidariamente nas parcerias com aqueles setores que nas instituições ecumênicas também assumem o compromisso com os valores fundantes do ecumenismo libertário. Antecipe-se aqui o que nossos companheiros de KOINONIA estão dizendo e que estas páginas vão voltar a discutir no próximo número: “É nisso que depositamos nossas esperanças. Esperanças compactuadas e fundidas em três dimensões teológicas: da utopia do reinado dos excluídos e seus aliados, nação de proscritos no Reino de Deus; da liberdade dos filhos de Deus contra toda deificação ou idolatria histórica de mercados ou o que quer que seja; e da dignidade da criação para o gozo e a alegria hoje, tempo oportuno à vida na justiça em fraternidade e abundância, qualquer que seja a sua origem cultural e geográfica”. Nossa fidelidade a esses valores nos fará ficar de pé ou a desaparecer, mas nunca a ceder. E isso vale também para a nossa parceria com o Conselho Mundial de Igrejas. Para tanto que Deus nos ajude!

---

Paulo Ayres Mattos, bispo metodista, é presidente de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

# MEDELLÍN: IGREJA E SOCIEDADE

## ELEMENTOS PARA UM BALANÇO

Francisco Catão

**Apesar da importância que a Conferência de Medellín teve para a renovação das estruturas da Igreja Católica — especialmente no que diz respeito à relação Igreja e Sociedade —, muito se fez para desconhecer-lhe a valor. Será que a geração cristã mais jovem, alimentada pela dissolução das grandes esperanças ideológicas, pelo pluralismo cultural e pelo diálogo inter-religioso, terá a coragem de reviver a proposta? Celebra-se aqui um pouco da história e do impacto da Conferência**

A cidade colombiana de Medellín, no imaginário das pessoas, está hoje associada ao narcotráfico. Na memória dos cristãos, porém, ficou marcada por um acontecimento decisivo para a Igreja latino-americana: a segunda conferência do episcopado católico, há exatos trinta anos.

Medellín mudou o rumo da Igreja Católica, apesar das incompreensões e reações que provocou, como acontece em toda mudança. Desde o encerramento da conferência, a burocracia tendeu a lhe desconhecer a impor-

tância. Nada teria sido senão uma assembléia eclesiástica, sem a autoridade nem de um concílio, nem mesmo de um sínodo. Até hoje, é apresentada como segunda de uma série de quatro: a do Rio de Janeiro, por ocasião do Congresso Eucarístico de 1955; a de Puebla, no México, em 1978; e a de Santo Domingo, para comemorar o quinto centenário da descoberta da América, em 1992.

Na realidade, porém, Medellín foi única. Está em continuidade direta com o XXI Concílio Ecumênico, que se havia encerrado em 1965. Nasceu do desejo dos bispos latino-americanos pertencentes ao grupo "Igreja dos Pobres", que se reunia em Roma, durante o Concílio. Teve como objetivo principal reformular o papel da Igreja no Continente, desvinculando o Evangelho do sistema de dominação que se havia instalado em seu nome, desde a conquista. Usou a nova metodologia adotada no Concílio, na Constituição Pastoral, de partir da realidade para apreciá-la à luz da Palavra de Deus, em lugar de querer simplesmente deduzir da Bíblia o modo como o cristão deve agir no mundo.

Daí a necessidade de se fazer um balanço de Medellín. A problemática Igreja e Sociedade coloca-se de forma nova, mais ampla e profunda, na passagem do milênio. Em que medida, há trinta anos, as aspirações renovadoras conseguiram sacudir a inércia conservadora de toda instituição, especialmente religiosa?

Em balanços desse gênero, porém,

deve-se desconfiar dos números oficiais, nem sempre devidamente auditados. As razões de estado, com frequência, justificam o funcionamento de certas matizes, que acabam transformando *ad usum delphini* as versões servidas ao público, ávido de comemorações. Também não é possível ter a pretensão de emitir um juízo definitivo, no desenrolar cambiante e complexo das relações entre Igreja e Sociedade. Como teólogo, exercendo mais o papel de jornalista, proponho-me responder à solicitação de um "balanço avaliativo" com alguns dados históricos, deixando ao leitor a apreciação final.

### UM ÍMPETO RENOVADOR

O contexto de Medellín é significativo. O Concílio Vaticano II nasceu de uma inspiração de João XXIII. Apenas eleito papa em 1958, o velho cardeal Roncalli, que havia sido núncio apostólico na Turquia e em Paris — com experiência direta dos problemas da Igreja no Oriente Médio e da efervescência religiosa do imediato pós-guerra —, tinha a percepção nítida da necessidade de reformular o posicionamento dos cristãos em face das profundas mudanças da sociedade e do pensamento contemporâneos. Sem consultar ninguém, usando de sua enorme autoridade, propôs, de surpresa, a convocação de um concílio, na celebração pública do dia 25 de janeiro, que presidia, na Basílica São Paulo fora dos Muros.

A Cúria reagiu mal. Mas a reper-

cussão mundial foi tanta, até mesmo em meios nada cristãos, que a idéia se tornou rapidamente irreversível. Começou-se a preparar o concílio, que o papa esperava tivesse o impacto de um Novo Pentecostes. A assembléia foi aberta no dia 11 de outubro de 1962. João XXIII pronunciou então um discurso carismático, que deixou sem dormir alguns cardeais mais lúcidos, que perceberam a ação de um ímpeto renovador, abalando as estruturas romanas. Só mais tarde, porém, com o recuo do tempo e a confirmação da história, o discurso do papa se impôs como uma inspiração do Espírito à maioria dos bispos e teólogos presentes na Basílica de São Pedro. É o que confessa, por exemplo, candidamente, Yves Congar, que não agüentou a cerimônia até o fim e voltou ao Angélico, onde se hospedara, para trabalhar, como sempre fazia. Num texto latino, enrolado pela linguagem dos amanuenses curiais, o Papa disse duas coisas: é preciso encarar os desenvolvimentos históricos como providenciais. São sinais dos tempos. Devem ser lidos e entendidos pelos cristãos. É preciso também não confundir a substância da fé, compreensível aos homens e mulheres de hoje, em continuidade com seu pensamento e sensibilidade religiosos. Seria uma ofensa a Deus dar valor absoluto a expressões da fé de outras épocas e pensar que a história se faz à sua revelia! Em consequência, diríamos nós, é preciso mudar as relações da Igreja com a Sociedade.

### NECESSIDADE DE REAPROXIMAR-SE DO POVO

Medellín é fruto desse Espírito. A morte de João XXIII, em junho de 1963, não interrompeu o Concílio. Paulo VI o retomou com ainda maior determinação, por se julgar designado por Deus para levar a bom termo essa obra. Os bispos se deixaram envolver pelo espírito de renovação, em comunhão com o papa. Alguns deles, como Lercaro de Bolonha, Larraín de Talca, no Chile, e Helder Câmara, nosso conhecido, de sensibilidade social mais aguçada, passaram a se reunir regularmente para discutir os caminhos de integrar a Igreja sobretudo no universo dos pobres, de que parecia cada vez mais distante. Era preciso voltar às origens do cristianismo e, a exemplo de Cristo, reaproximar-se do povo, a que pertence o Reino, como o declara a primeira bem-aventurança.

Nesse contexto, não era possível desconhecer o clamor dos povos latino-americanos. Já em 1964, em torno de Larraín, eleito presidente do

Em que medida, há trinta anos, as aspirações renovadoras conseguiram sacudir a inércia conservadora de toda instituição, especialmente religiosa?

Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), uma plêiade de bispos tomou a decisão de se reunir depois do Concílio para traduzir na prática cristã do Continente os apelos insopitáveis pela reformulação da posição da Igreja em face da Sociedade. Igreja e Sociedade, aliás, era um tema que ganhava cada vez mais ênfase em toda a amplidão do ecumenismo. A idéia de uma conferência do episcopado latino-americano levada pessoalmente a Paulo VI foi imediatamente aceita. Com a promulgação da Constituição Pastoral no encerramento do Concílio, em dezembro de 1965, ficou decidido que se organizaria a projetada



Conferência. Resolveu-se fazê-la coincidir com o Congresso Eucarístico Internacional de Bogotá, marcado para 1968. Paulo VI, realizando a primeira viagem de um papa ao continente americano, viria encerrá-lo e abriria em seguida a Conferência. Foi preciso, porém, uma longa tratativa política, agravada pela morte acidental de Larraín e uma certa inércia da Cúria, para conseguir finalmente concretizar o sonho dos bispos latino-americanos.

### AS GRANDES CONCLUSÕES DE MEDELLÍN

A anedótica da Conferência de Medellín é rica em episódios significativos. Não deixa de ser curiosa, por exemplo, a divergência profunda entre as recomendações do papa no discurso de abertura, feito ainda em Bogotá, no dia 24 de agosto, e as conclusões, acolhidas pelos bispos, em setembro. Também fazem parte da anedótica as hesitações de monsenhor Samoré, representante do papa na Conferência, que tinha a percepção da dificuldade que os organismos romanos teriam em admitir as conclusões a que estavam chegando os bispos.

Mas nos devemos restringir aos fatos maiores e significativos, consignados nas conclusões das diversas comissões, que acabaram sendo dezesseis, e que foram assumidas pela assembléia como tais, na impossibilidade que se teve, até mesmo de tempo, para fundi-las num único documento.

Os assuntos discutidos distribuíram-se em três grandes temas: promoção humana, evangelização e crescimento da fé, finalmente, a Igreja visível e suas estruturas. A ordem dos temas já é significativa. Para pensar o problema Igreja e Sociedade parte-se da Sociedade para a Igreja, e não vice-versa.

Sob o tema *promoção humana*, a primeira comissão analisou a injustiça reinante na sociedade, pela não-integração na sociedade da maioria das pessoas empobrecidas, a ponto de

se constatar uma “frustração quase universal de suas mais legítimas aspirações”. Ora, o Evangelho é incompatível com essa situação de exclusão social da maioria, “pois Deus enviou seu filho feito carne para libertar todos os humanos de todas as servidões a que estão sujeitos, por obra do pecado, como a ignorância, a fome, a miséria e a opressão, numa palavra, a injustiça e o ódio, que provêm do egoísmo humano”. Insiste-se, por conseguinte, numa “verdadeira conversão” que esteja na origem de uma “transformação das estruturas”, inspirada no amor, que é “a lei fundamental da perfeição humana e, portanto, da transformação do mundo”, como o lembra a Constituição Pastoral, aqui literalmente citada. Segue-se um programa de ação da Igreja na

### Para pensar o problema Igreja e Sociedade parte-se da Sociedade para a Igreja, e não vice-versa

sociedade, em função de uma mudança profunda na família, no âmbito das organizações profissionais, na economia, no mundo do trabalho, na política e nos meios de comunicação.

A segunda comissão tinha como tema a paz. O trabalho dos bispos reflete a influência direta da Encíclica de Paulo VI, *Populorum Progressio*, publicada em março de 1967, em que se declara que o desenvolvimento é o novo nome da paz. Constata, na sociedade latino-americana, as tensões entre as classes sociais, herança da colonização, reforçada pela estrutura econômica, que instala nos povos americanos um processo irreversível de empobrecimento e de crescente subdesenvolvimento. Como pretender a paz, caminhando nessa direção? A paz, relembram os bispos, é antes de tudo obra da justiça, deve ser visada

em todas as nossas ações de seres humanos, mas é, na realidade, fruto do amor. Ora, na realidade latino-americana, prevalecem a violência das estruturas e o egoísmo das pessoas que têm algum poder, ferindo a justiça e esvaziando o amor. É preciso reagir e combater a violência opressiva das estruturas injustas implantadas na sociedade. Como ensinara o papa na *Populorum Progressio*, em 1967, a insurreição revolucionária pode-se considerar legítima em casos de “tirania evidente e prolongada, que fira gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e deteriore perigosamente o bem comum da nação”. As conclusões pastorais dessa segunda comissão tornaram-se, talvez por isso, o texto mais polêmico de Medellín.

As três outras comissões sob o tema da promoção humana, família e demografia, educação e juventude, versam aspectos particulares do tema Igreja e Sociedade. A problemática demográfica apresenta aspectos críticos, até hoje mal resolvidos. Na educação se propõe uma mudança copernicana: educar a partir do educando, considerado sujeito do próprio desenvolvimento, o que se convencionou chamar, observa o texto, de educação libertadora. Conceito importante, que será muitas vezes deformado pelos intérpretes, mas de grande valor é verdadeiramente libertadora não a educação que visa simples captação do educando a um movimento de libertação, mas que, levando às últimas conseqüências a dignidade única da pessoa humana, considera o educando, antes de tudo, como sujeito livre do próprio desenvolvimento e, por conseguinte, elemento fundante do desenvolvimento social e político. O projeto dos bispos é estender essa educação libertadora a todos, num diálogo aberto com a sociedade e atento às peculiaridades de cada pessoa e de cada grupo social.

Das quatro comissões que trabalham o tema da *evangelização* e do *crescimento da fé* — pastoral popular, pasto-

ral das elites, catequese e liturgia — interessam-nos as duas primeiras.

O povo latino-americano é formado de camadas, tendências, grupos e estratos tão variados, que é impossível considerá-los de maneira homogênea. Enquanto o trabalho da Igreja se limitou, praticamente, ao culto e aos sacramentos, podia-se manter uma certa uniformidade. Do momento, porém, em que se pretende levar em conta a realidade religiosa do povo, enorme reserva de virtudes autenticamente cristãs, embora distante das formas eclesiais de pensamento e culto, os cristãos se vêem diante de um verdadeiro dilema, pois a Igreja se convertia em seita se não assumisse religiosidade do povo. Deve-se, portanto, abandonar uma expressão religiosa ocidentalizada, considerada como norma uniforme da doutrina, do culto e dos costumes, moldar-se à realidade cultural da sociedade latino-americana e encontrar novos caminhos de apresentação e vivência da mensagem cristã. Os fundamentos de tal atitude são, por um lado, a universalidade do Evangelho, por outro a multiplicidade dos caminhos pelos quais se vai realizando a obra de evangelização. Pode-se dizer que Medellín antecipou o seu tempo. O zelo renovador e o imediatismo político de muitos de seus seguidores não raro atropelaram a religiosidade popular, rompendo, por motivos muitas vezes ideológicos, a ponte de comunicação com o povo. Nos dias de hoje, em que somos levados a revalorizar os dados do fenômeno religioso e a religiosidade popular, perguntamo-nos até que ponto a Igreja não correu de fato o risco de se tornar uma seita.

A comissão da pastoral das elites é sobremaneira importante pela tipologia que elabora, dispondo as elites latino-americanas em três classes: os tradicionalistas ou conservadores, os desenvolvimentistas e os revolucionários. Opera em seguida uma transposição inteligente dessas classes para a análise das elites cristãs, em que figuram os mesmos tipos. Os cristãos

tradicionalistas conservadores, que se caracterizam pela separação entre a fé e a responsabilidade social, com as transformações da Igreja, correm o risco de viver uma verdadeira crise de fé e de religiosidade. Os cristãos desenvolvimentistas tendem a pensar e agir, na Igreja, como se esta fosse principalmente um instrumento favorável ao desenvolvimento. Como, porém, na realidade, o desenvolvimento é obra secular, a tendência desse grupo cristão é de se envolver no temporal a ponto de secularizar a fé, ou, na maioria das vezes, abandoná-la.

Finalmente há também os cristãos revolucionários, que “tendem a identificar unilateralmente a fé com a responsabilidade social. Possuem um sentido tão imenso do serviço ao próximo, que chegam a ter dificuldades

### Até que ponto o movimento renovador latino-americano não caiu na armadilha de identificar unilateralmente a fé com a responsabilidade social?

na sua relação pessoal com Deus e na expressão litúrgica da fé”. Identificar unilateralmente a fé com a responsabilidade social, palavra de sabedoria, que Medellín legou a todos que, na ânsia de transformar a sociedade, comprometeram a docilidade interior ao Espírito...

Em face das elites sociais e cristãs assim classificadas, os bispos não sabem muito o que dizer e apelam para a necessidade de uma fé adulta e de um testemunho cristão em todas as esferas da vida.

As sete comissões que trabalharam o tema de *a Igreja visível e suas estruturas* — movimentos leigos, sacerdotes, religiosos, formação do clero, pobreza da Igreja, pastoral de conjun-

to e meios de comunicação social — tiveram sempre presente a Sociedade, mas se deixaram envolver mais do que as outras pelos problemas internos da estrutura eclesial.

### MEDELLÍN: ESVAZIAMENTO?

Que significou Medellín nestes trinta anos? Um de seus fatores mais importantes, o futuro presidente do Celam, o cardeal Pirônio, cinco anos depois, já havia encontrado uma forma curiosa de emascular Medellín: a Conferência valeu, disse ele, mais pelo espírito de colaboração apostólica em que trataram os bispos, do que pelo conteúdo de suas propostas, um tanto irrealistas, ante a estrutura do catolicismo continental. Puebla e Santo Domingo, de fato, não concretizaram a proposta de Medellín. Estratificaram-na, a primeira, numa institucionalização da evangelização, e a segunda, numa pretendida nova evangelização, mais voltada para o ardor em anunciar o Evangelho do que para o questionamento da atitude dos cristãos em face da sociedade.

Sob esse aspecto, temo que o balanço de Medellín tenha sido até agora negativo. Até que ponto o movimento renovador latino-americano não caiu na armadilha de identificar unilateralmente a fé com a responsabilidade social? Foi o que deu azo a uma rejeição que se está concretizando numa orientação estrutural contrária a Medellín. Condena-se o abuso, para reprimir o uso!

Terá a geração cristã mais jovem, neste limiar de milênio, alimentada pela dissolução das grandes esperanças ideológicas, pela mundialização da economia, pelo pluralismo cultural e pelo diálogo inter-religioso, a coragem de reviver a proposta de Medellín?

Francisco Catão, é doutor em teologia e autor de estudos sobre Igreja e Sociedade.

# DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DAS GENTES, DIREITO DE SER GENTE

Jorge Atilio Silva Iulianelli

**Quando se comemoram cinqüenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os temas que foram discutidos ao longo deste tempo, em sua maioria mantêm-se atuais. E a carência dos direitos humanos ainda persiste**

*Para Chico Mendes e Fulgêncio Manoel da Silva, assassinados em 1988 e 1997*

**E**m 1988 a Declaração tinha completado quarenta anos e, na tradição ecumênica peculiar à revista TEMPO E PRESENÇA, quatro artigos fizeram um balanço da situação. Carlos Marés avaliava que a Declaração foi uma conquista ante a barbárie da Segunda Guerra Mundial, muito embora, tendo fortalecido o reconhecimento do Estado, deixasse o paradoxo para o Direito Internacional quanto à possibilidade de intervenção de outros países, ou de organismos internacionais, governamentais ou não, parecer quebra de soberania. Alertava, entretantes, que além dos direitos prescritos pela Declaração, que deveriam ser garantidos pelo Estado aos cidadãos, deveria haver uma abertura para o reconhecimento da autodeterminação dos povos dentro do Estado e para além do Estado, como é o caso, por exemplo, dos povos indígenas no Brasil.



O artigo seguinte, do reverendo Jaime Wright, insistia, por meio de “dez pontos mais um”, na necessidade de maior responsabilidade internacional para que os direitos aclamados pela Declaração pudessem ter vigência. Argumentava que as questões dos direitos humanos, do ponto de vista das relações internacionais, conclamava à justiça e ao equilíbrio nas relações entre Primeiro e Terceiro Mundo. Para que essa relação pudesse ser justa, entre outras coisas, deveriam ser revistas as políticas de ajuste à *la FMI*.

O outro artigo era do senhor Ildeota,

da Anistia Internacional. Ele resgatava a história da Anistia insistindo na singularidade de uma organização que elegeu como ênfase a luta contra a violação dos direitos civis, como o uso da tortura e da violência pelos aparelhos de segurança do Estado. E o artigo de Daniel Rech lembrava, a partir da CPT, a inutilidade da discussão interminável sobre estatutos para o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que se formava como uma grande rede de entidades lutadoras pelos direitos humanos.

Portanto, não é sem razão que vol-



J. R. Ripper

ditadura militar. Era a luta contra o “entulho autoritário”, que algumas vezes permanece como Medidas Provisórias do “Imperador”, reentronizado na corte recentemente. Esses temas abordados em 1988 permanecem atuais.

### **A CARÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS PERMANECE**

Em 1996 escrevia Paulo Sérgio Pinheiro (Dimenstein: 1996: 7-47): “Nota-se, entretanto, uma diferença fundamental entre os dias de hoje e o passado quando se avaliam as violações dos direitos humanos: o Estado não organiza, não coordena diretamente, como na ditadura, as ações de violência ilegal mesmo que muitos de seus agentes continuem a cometer abusos. No atual momento, sob o regime democrático, os dissidentes políticos ou os grupos de oposição não são mais reprimidos: não há *stricto sensu* nenhum prisioneiro.”

E continuava: “Apesar dessas mudanças positivas dos quadros político e legal, a falência em controlar efetivamente a violência ilegal fica pa-

**“Nota-se, entretanto, uma diferença fundamental entre os dias de hoje e o passado quando se avaliam as violações dos direitos humanos”**

tente: tortura de suspeitos e criminosos nos distritos policiais, maus-tratos a prisioneiros e internos em instituições fechadas, execuções deliberadas pelas polícias militares, grupos de extermínio, com participação de agentes do Estado. A repetida ocorrência dessas violações tem por denominador comum a impunidade, assegurada pela ineficiência e omissão governamental, especialmente por parte das administrações dos estados. Essa falência em implementar a lei enfraquece a vigência das garantias constitucionais, perpetua o círculo

ilegal da violência e dificulta o fortalecimento da legitimidade do governo democrático como promotor da cidadania.”

O governo federal criou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que privilegia os direitos civis, para que a população tenha tais direitos garantidos. Com esse fito o PNDH, criado em 1996, tem por objetivo, segundo Fernando Henrique Cardoso, “estancar a banalização da morte, seja ela no trânsito, na fila do pronto-socorro, dentro de presídios, em decorrência do uso indevido de armas ou das chacinas de crianças e trabalhadores rurais. Outras recomendações visam a obstar a perseguição e a discriminação contra os cidadãos. Por fim, sugere medidas para tornar a Justiça mais eficiente, de modo a assegurar efetivo acesso da população ao Judiciário e o combate à impunidade”.

O governo federal propõe, pois, um plano de ações que convergiriam para a efetivação dos direitos civis da população. Em verdade, são inegáveis os efeitos que instrumentos formais logrados, também, por efeito do PNDH, têm na vida cotidiana: delegacias de mulheres, Código Nacional de Trânsito, criação de um grupo executivo de repressão ao trabalho forçado e correlatos. Não se pode deslindar ou olvidar que o conjunto dessas medidas não nasceu da bonomia governamental e sim da ação de grupos de cidadãos e organizações da sociedade civil que pressionaram o poder público a criar esses instrumentos de reconhecimento dos direitos humanos.

Não precisamos, nem devemos, ser apocalípticos e catastróficos para ficar estarecidos com propostas desumanas como as do “caminho único”, que indica como solução para todos os males a reedição do *laissez-faire*. Parece que não há alternativas num mundo dominado por uma fantasmagoria: o Mercado. Esse senhor absoluto, que não é tão invisível assim, é o conjunto de algumas poucas re-

tamos ao tema da Declaração, passada mais uma década. Como lembrava Jaime Wright, no mundo ecumênico as celebrações de aniversário da Declaração serviram para projetos ousados na defesa dos direitos humanos: em 1973 a publicação ecumênica da Declaração (25 anos), em 1978 uma nova tiragem (30 anos), em 1988 o lançamento do livro “Brasil: nunca mais” (40 anos). Mais que publicações, esses projetos foram formas de intervenção da sociedade civil na defesa dos excluídos e dos perseguidos politicamente pelo Estado durante a



des de megaconglomerados internacionais que dominam a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços. Sobretudo, esses megaconglomerados estão cada vez mais redefinidos como “senhores do dinheiro, do conhecimento e da violência”. Dizem: “Não tema, com o Mercado não há problema”. Certamente, não para os que dele se beneficiam, embora, recentemente, premiados com o Nobel de Economia tenham empresas de investimento falidas, afinal, não estamos tão desprovidos de problemas assim.

De que vale, pois, falar do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre tantos outros importantes em 1998? A primeira resposta é que, como o Mercado, os direitos humanos são filhos da modernidade. Eles estão ligados, a partir da crise aberta pela Segunda Guerra Mundial, com o destino dos Estados-Nação e com a política internacional. São os direitos humanos uma possibilidade para que a sociedade se pense e compreenda como elemento capaz de limitar e regular os sistemas econômico (Mercado) e político (Estado). Ademais, eles são uma forma de resgatar a esfera axiológica que orienta os caminhos dos cidadãos mundiais (*cosmopolitas*) neste mundo da globalização.

A Declaração de 10 de dezembro de 1948, é um conjunto de “normas jurídicas internacionais” que visam valorizar e garantir os interesses mais fundamentais da pessoa humana. Por isso, os direitos expostos por ela são indissociáveis e invioláveis. Podemos, entretanto, para melhor compreendê-los, dividi-los em cinco grupos:

direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos. É como conjunto de garantias jurídicas, válido mundialmente, que os direitos humanos podem ser barganhados no interior dos Estados. Entretanto, eles não são apenas molas da ação estatal e da pressão da sociedade civil sobre o Estado, mas instrumentos de ação para os movimentos sociais, demais organizações da sociedade civil e para qualquer cidadão que pretenda promover uma convivência saudável.

### Os direitos humanos são uma possibilidade para que a sociedade se pense e compreenda como elemento capaz de limitar e regular os sistemas econômico e político

Para que efetivamente os direitos humanos pudessem ser controlados, regulados, entretantes, seria necessário que existisse uma instância jurídica internacional, mais que instâncias de ações recíprocas dos Estados. Os Estados, como parte de um sistema de controle dos direitos humanos, ferem o princípio da “neutralidade” do Direito, porque estão envolvidos como partes interessadas. Essa é uma dificuldade por parte da ONU e um dos motivos por que países como Estados Unidos, por exemplo, se opõem à criação de uma Corte Internacional dos Direitos Humanos. Isso poderia levar, por exemplo, os Estados Unidos a responderem judicialmente, para o mundo, pelas violações que co-

metem, como a violência policial, ou as 390 condenações à pena de morte que ocorreram em 1997, perdendo, nesse mister, apenas para a China, segundo a *Human Rights Watch*.

O conjunto de direitos assegurados pela Declaração, considerados pelos Estados-Nação signatários como sendo “interesses fundamentais das pessoas”, são invioláveis e indivisíveis. Os seres humanos são sujeitos de direito. Isso significa o seguinte: há um conjunto de direitos que as pessoas conquistaram historicamente, dos quais devem ser garantidos e não devem ser alienados; os Estados são responsáveis por garantir que esses direitos sejam acessíveis e invioláveis. Há um aspecto importante: a sociedade mundial é responsável por regular o cumprimento do papel do Estado. Aparentemente, a sociedade civil não teria o que fazer, senão usufruir dos direitos. Todavia, não é assim.

### A DECLARAÇÃO, A POLÍTICA E A ÉTICA

Há que se avaliar por que, após cinquenta anos da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a maioria dos preceitos indicados ainda não está em vigência para a maior parte dos seres humanos. Um exemplo é o artigo 3º que estabelece: “toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Ele é complementado pelo artigo 25 que identifica o que está sendo compreendido por “vida”: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. A maternidade e a infância têm o direito a cuidados e assistências especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.”

Como dizia Alceu de Amoroso Lima, “os direitos humanos partem da afirmação da liberdade. Não se trata, porém, apenas da defesa da liberdade individual, mas também da defesa da exigência de justiça.” (Amoroso Lima: 1984:160). Os direitos humanos, por conseguinte, não são um tema apenas do direito positivo, mas da Ética. Como tal, ele está vinculado ao enfrentamento entre éticas “conteudísticas” e “formais”. Devemos afirmar quais são os direitos básicos fundamentais, sem os quais não podemos construir uma hierarquia de direitos ou devemos apresentar as normas que possibilitam o debate e o acordo em torno dos direitos fundamentais em cada época e situação diferentes?

O doutor Alceu partia da primeira perspectiva: para ele, a liberdade e a justiça eram os “bens” maiores e a partir deles a luta pelos direitos hu-



manos se transformava numa exigência da sociedade, especialmente na situação dominada pelo regime de segurança nacional da ditadura. A Declaração dos Direitos Humanos da ONU, por outro lado, supõe a reciprocidade dos cidadãos uns em relação aos outros, todos em relação aos Estados nacionais e todos em relação à comunidade internacional. Essa reciprocidade se constitui na forma de deveres sociais, civis, políticos e econômicos dos cidadãos mundiais.

Essa pressuposição faz crer que os direitos estão sustentados por uma regra básica. Podemos ver isso a partir da declaração francesa de 1793, a qual já antecipava o imperativo kantiano ao afirmar que a liberdade con-

sistia em ter direito a não fazer nada que prejudique outrem (art. 4).

Na verdade, os princípios norteadores dos direitos humanos, a partir do Esclarecimento setecentista, são liberdade, igualdade e fraternidade. Os três são apresentados não justapostamente, mas associados indissoluvelmente. Porém, tais princípios foram amplamente questionados. A primeira forte crítica partiu de Marx que, no seu “A questão judaica” (1843), afirmava que os direitos humanos, tendo por base a noção de liberdade,

### Os direitos humanos devem ser compreendidos como princípios norteadores da ação pública do Estado e dos cidadãos

de como não prejudicar os outros, acabavam redundando na afirmação do individualismo e que tinham a sua concretude no direito à propriedade privada, que é o direito do interesse pessoal, e por conseguinte a igualdade nasce daquela liberdade e se reduz à igualdade formal e jurídica.

Finalmente, conforme Marx defende, o direito à segurança é a preservação do egoísmo burguês, porque existe para garantir a cada pessoa “a conservação de sua pessoa, de seus direitos, de sua propriedade” (Marx: s.d.: 39-44). Os direitos humanos, nessa expressão setecentista, não garantiriam aos seres humanos, segundo Marx, a emancipação humana, essa apenas seria possível quando fossem rompi-

das as cadeias da exploração burguesa, por meio da revolução proletária, permitindo às pessoas se libertarem dos egoísmos.

Marx acreditava que as estruturas jurídicas eram a reprodução ideológica, falseadora das relações de produção e, por conseguinte, teriam por finalidade a manutenção da exploração e alienação do trabalho humano. Entrementes, as formas jurídicas cada vez se mostram mais necessárias para o estabelecimento do Estado Democrático e de Direito. Elas são mais que reflexo da infra-estrutura e podem, até mesmo, estar a serviço da regulação social do Mercado. É esse caráter normativo dos direitos humanos que justifica a existência de movimentos sociais que lutam pela efetivação dos mesmos direitos, tais como, entre outros, o Human Rights Watch, em nível internacional, e o Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Normas e princípios têm maior chance de ser justificados racionalmente do que os “valores”, que são mutáveis, caso a caso. Assim, os direitos humanos devem ser compreendidos como princípios norteadores da ação pública do Estado e dos cidadãos, não pode restringir-se à ação do Estado em relação aos cidadãos, mas deve abranger a ação de organismos nacionais e internacionais reguladores do cumprimento de tais direitos e por uma Corte Suprema Internacional que julgue as violações dos direitos humanos.

Para além disso está, também, a ação da sociedade na luta pela manutenção e difusão dos direitos humanos, como a “ação da cidadania contra fome e pela vida” promovida pelo Ibase, as ações de solidariedade em favor do povo afetado pela seca, como as empreendidas por KOINONIA e Pólo Sindical, e tantas outras, realizadas por sonhadores de um mundo mais justo e humano, no qual todos possam usufruir da vida, em liberdade e com segurança.

**Jorge Atílio Silva Iulianelli** é mestre em Filosofia e integra a equipe de KOINONIA.

# O ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO E A REFLEXÃO DAS IGREJAS CRISTÃS\*

Guilherme Delgado

**As várias dívidas — externa, interna, pública e privada — apresentam em comum uma sobrecarga de obrigações à sociedade, cujas conseqüências são de várias naturezas e todas graves. A denúncia do economista apresenta a postura do governo e os caminhos que vêm sendo tomados**

O endividamento externo do Brasil, caracterizado nos anos de 1970 e 1980 por todo um ciclo de expansão e crise prolongada, comprometeu toda uma geração pelas conseqüências nefastas do período de estagnação e dependência a que o País ficou submetido.

Nesta década, inicia-se um novo ciclo de endividamento externo brasileiro, com características algo distintas do período anterior, mas com evidentes sinais e sintomas de que suas conseqüências sociais e econômicas evoluem para uma crise ainda mais séria do que a dos anos de 1980.

O novo processo de endividamento apresenta-se mais complexo em suas relações econômicas internacionais. A dívida externa não é o único indicador de dependência de recursos internacionais. O montante dessa dívida

bruta, do início de 94 ao início de 98, segundo dados do Banco Central, cresceu de US\$ 145,7 bilhões para US\$ 193,2 bilhões; mas os déficits em conta corrente com o exterior do período (janeiro de 95 a junho de 98) registram US\$ 89,5 bilhões, devendo fechar o ano com mais de US\$ 100 bilhões de novas obrigações a pagar em moeda estrangeira, acumuladas no atual governo.

O atual ciclo de expansão da dívida externa e de outros passivos externos do Brasil difere do ciclo precedente em vários aspectos, todos eles infelizmente agravantes para uma rápida e profunda eclosão de crise. O baixo crescimento econômico, a alta dependência de importações, o reduzido nível de investimento público e privado durante o quadriênio 95/98, aliados à desnacionalização de patrimônios públicos e privados, são características do atual ciclo de endividamento que aceleram a dependência de recursos externos, atual e futura. Isso se traduz em termos de indicadores econômicos, no crescimento do déficit em conta corrente com o exterior e na ampliação do estoque de capital em mãos de estrangeiros. Em particular, a desnacionalização de setores infra-estruturais (energia, telecomunicações, bancos, etc.), cujos novos fluxos de remessa de divisas para o exterior devem crescer, sem a contrapartida das exportações que esses setores não geram.

Passivos externos crescentes, sem contrapartida de exportações com crescimento similar, aprofundam o



Sandra Souza/ AJB

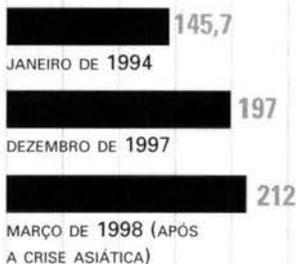
**Chamada de um *outdoor* da revista *Veja*, no mês de outubro, que se referia ao ministro da Fazenda Pedro Malan: “Ele pediu 30 bilhões emprestados e colocou você como fiador.”**

desequilíbrio externo. Esse indicador direto da dependência econômica externa torna os sistemas frágeis, à semelhança de organismo débil, suscetíveis a toda e qualquer contaminação por bactérias e parasitas em circulação no meio ambiente, ávidos por atacar seletivamente corpos indefesos. Essa lógica da biopatologia não é estranha às estratégias dos denominados ataques especulativos financeiros que ora devoram as chamadas economias emergentes pelo mundo a fora.

\* Texto extraído do documento final elaborado pelo “Simpósio sobre Dívida Externa” promovido pela CNBB, Conic e Cese.

## EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA NO GOVERNO FHC

EM US\$ BILHÕES



Os números março equivalem a 26,5% do PIB.

As previsões do governo são de fechar o ano de 1998, e consequentemente o primeiro mandato de FHC, com mais 100 bilhões de novos pagamentos acumulados durante os últimos quatro anos de governo.

Durante os últimos quatro anos o Brasil tem pago 60 bilhões por ano de débitos externos, o que equivale a três vezes o orçamento para a Saúde.

Fonte: *Folha de São Paulo*

### INVERSÃO DE VALORES ÉTICOS

O crescimento do endividamento externo reflete-se também no aumento das dívidas públicas externa e interna. Estas, por sua vez, implicam em encargos que consomem recursos públicos — para tal fim reservados — ilimitados nos orçamentos estatais. Produz-se então uma completa inversão de valores éticos na gestão da política fiscal, visto que, ao sancionar os gastos com encargos das dívidas interna e externa sem limites e sem participação do Congresso, o sistema impõe toda a prioridade orçamentária para o serviço das dívidas, relegando a todas as outras funções e necessidades públicas um caráter residual, a ser “ajustado”, cortado, ignorado ou suprimido.

Essa engenharia econômica perversa é responsável pela verdadeira inversão das prioridades sociais nos orçamentos, e geralmente vem acompanhada do apelo ao sacrifício, da justificação pela austeridade, ou simplesmente pela invocação do “ajuste estrutural”, sem maiores explicações.

Por outro lado, se no ciclo recente da dívida externa houve uma medíocre expansão econômica — ao redor de 2,5 a 3% do PIB — e aumento de desemprego no período 95/98, o desempenho que se poderia esperar numa fase de eclosão da crise de dívida externa seria claramente muito mais grave: nenhum crescimento, e certamente emprego em declínio livre. Tudo isso evidentemente não se traduz apenas em números, mas no imenso inferno humano de degradação, vio-

lência, destruição física e psicológica das pessoas, especialmente dos mais pobres.

Outro componente da dívida, qual seja, a dívida privada externa, conquanto diretamente de recursos públicos, não pode ficar ausente de controles e regulações públicas restritas. O nível e a mobilidade dessa dívida privada já afetam o sistema econômico pelo volume de moeda estrangeira que movimenta. O Banco Central deve gerir esses sem riscos de perdas apreciáveis de reservas e sem os custos excessivos com a imobilização. Esses também são fatores responsáveis pela geração de novas dívidas, que recaem sobre os ombros de toda a sociedade.

Essas condições de gestão monetária e financeira são em parte inter-

Essa engenharia econômica perversa é responsável pela verdadeira inversão das prioridades sociais nos orçamentos, e geralmente vem acompanhada do apelo ao sacrifício, da justificação pela austeridade

nas, mas em grande medida dependem da reestruturação da ordem financeira internacional em bases substancialmente distintas do sistema de desregularização ora prevalecentes. Isso requer novas regras e novas instituições, que infelizmente sequer estão sendo gestadas.

As várias dívidas — externa, interna, pública e privada —, conquanto diversas em suas implicações e significados, apresentam em comum uma sobrecarga de obrigações à sociedade, cujas consequências são de várias naturezas: 1) elevação dos compromissos à pagar em moeda estrangeira no presente e no futuro, comprometendo o desenvolvimento das gerações mais jovens; 2) aumento da vulnerabilidade externa e da dependência econômica do País; 3) ônus ilimitado aos orçamentos públicos, comprometendo as prioridades políticas com o resgate das dívidas sociais; 4) perda de soberania e submissão às estratégias internacionais do capital financeiro e da potência hegemônica que ora o protagoniza; e 5) sacrifício do povo humilde e desprotegido, que não tendo obtido os benefícios do período de expansão dessas dívidas, é compulsoriamente sobrecarregado com os ônus dos seus encargos.

**Guilherme Delgado** é economista, pesquisador do IPE/BSB e membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

# O FOGO ESTÁ CHEGANDO...

*A paineira era gigantesca. Na verdade, não sei se era gigantesca mesmo, ou se era eu que era pequeno.*

*Que era muito velha, disso tenho certeza: sua casca era escura e enrugada e havia, no lugar onde o tronco entrava na terra, um buraco grande e escuro, sem fundo. De tarde, depois da janta, os homens da vizinhança se assentavam nas raízes da paineira para pitar cigarro de palha e contar lorota. Muitas eram as assombrações. Nós, meninos, escutávamos arrepiados de terror. Vez por outra ouvia-se alguma profecia sobre o fim do mundo. Que o mundo teria um fim era coisa certa e inevitável. Pois tudo o que começa tem de ter um fim. E todos concordavam que, se da primeira vez o mundo acabara afogado num dilúvio de água, salvando-se apenas Noé e a bicharada, o segundo fim seria pelo fogo. Desse ninguém se salvaria, pois não há arcas que nos façam navegar sobre o fogo. E a gente imaginava a cena terrível, o fogo caindo do céu como se fosse chuva, do jeito mesmo como aconteceu com Sodoma e Gomorra e com Herкулano e Pompéia.*

*Tarde de domingo. O céu era de um azul absoluto, esmaecido pelo excesso de luz do sol. O calor abafado cobria o rosto com gotas de suor que escorriam. Nem uma única nuvem que desse sombra. Nenhuma promessa de chuva que apagasse aquela fogueira no meio do céu. O carro corria pela estrada em meio a um cenário triste. As árvores eram raras, perdidas naqueles campos pobres onde crescia um capim vagabundo e teimoso. Se o calor continuasse também as árvores e o capim morreriam. Nenhuma vida resiste ao calor por muito tempo. Lembrei-me da paineira e das profecias de fim do mundo da minha infância. Percebi que nossas imagens estavam equivocadas. O mundo não terminaria com uma chuva de fogo que faria tudo arder numa fogueira. O fogo de fim do mundo seria mais cruel, como aquele daquela tarde: fogo de forno baixo, que assa vagarosamente.*

*Em tempos passados o cenário era outro. Os campos eram matas verdes, onde corriam riachos de águas frescas, cheias de samambaias, avencas, orquídeas, bichos e aves de todo tipo. Onde há matas há*

*água. Onde há água há vida. As matas foram cortadas por homens empreendedores, progressistas, amantes dos lucros e curtos de visão. Uma árvore de pé não vale nada. Uma árvore no chão vale dinheiro. Cortaram as matas para plantar café e criar gado. Agora não servem nem para pasto e nem para café. Dentro de pouco tempo se transformarão em desertos. Do que outrora foi sobraram as matas nas montanhas. As matas das montanhas foram poupadas não por amor, mas porque elas não se prestam nem para gado e nem para café. Sobraram as matas inúteis para o progresso e o lucro. É nelas que a vida verde se refugiou: oásis precário em meio a um deserto que avança.*

*Isso foi lá no estado do Rio. Mas por onde quer que se vá, lá encontramos os rastros dos homens empreendedores e progressistas. Região de Governador Valadares, Minas Gerais. Há cinqüenta anos tudo era verde e vida, matas, fontes e riachos. Os homens olharam para as árvores e não as amaram. Viram-nas de pé, belas e inúteis, e contabilizaram-nas deitadas, monas e lucrativas. Hoje restam os campos tristes onde se plantam eucaliptos que, tão logo cresçam, serão cortados e transformados em lenha. O perfume fresco das matas foi substituído pelo cheiro quente da fumaça.*

*Aconteceu o mesmo com as matas de araucária do Paraná. No seu lugar estende-se um tapete verde sem fim: as lindas plantações de soja que se perdem no horizonte. Por aqui são as plantações de cana. Vistas de avião assemelham-se a imensos gramados. Mas são desertos. Nas plantações de soja e nos canaviais não há nem árvores, nem fontes, nem bichos, nem aves.*

*Agora, os homens empreendedores e progressistas se voltam para o que ainda resta: a floresta amazônica. Visitei uma região da floresta amazônica que havia sido devastada pelo lucro. Era igual a uma praia:*

só faltava o mar. Areia pura. Cortadas as árvores, evapora-se a água e a floresta se transforma em deserto. É possível que, num futuro não muito distante, o lugar onde um dia existiu a floresta amazônica seja apenas a continuação do deserto de Saara.

O presidente dos Estados Unidos escreveu ao chefe índio Seattle, com uma proposta para comprar suas terras. A resposta do chefe índio é um dos mais belos e comoventes manifestos de amor à natureza jamais produzidos. Ele sabia qual seria o destino de suas terras, se os civilizados se apossassem delas. “Não há um lugar calmo nas cidades do homem branco. Nenhum lugar para escutar o desabrochar das flores na primavera ou o bater das asas de um inseto. E o que resta da vida se um homem não pode escutar o choro solitário de um pássaro ou o coaxar dos sapos à volta de uma lagoa à noite? O índio prefere o suave murmúrio do vento, encrespando a face do lago, e o próprio aroma do vento levado pela chuva ou perfumado pelos pinheiros”.

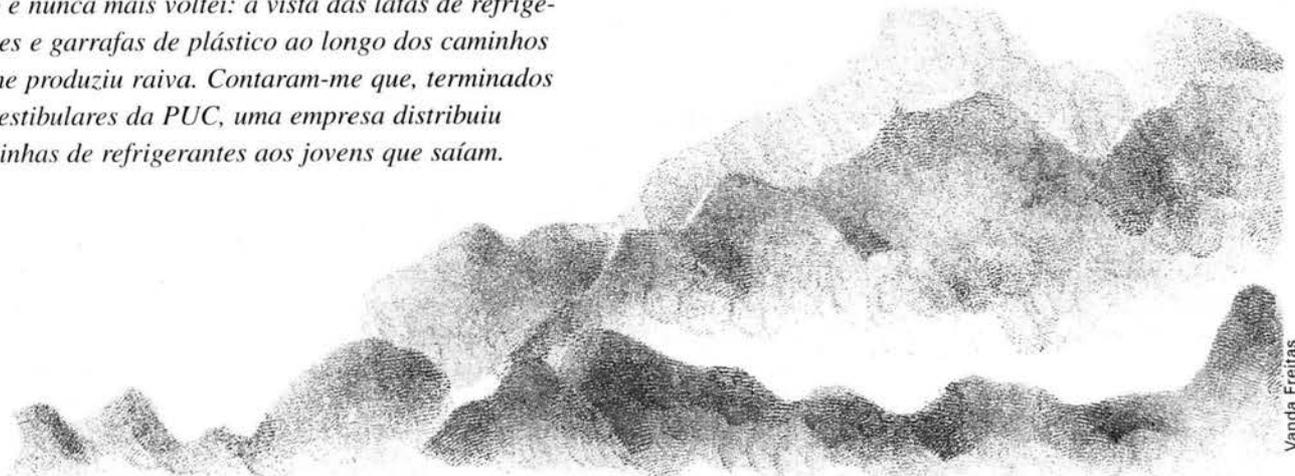
Horroriza-me a nossa impotência diante do poder destruidor das empresas que arrasam a natureza por amor ao dinheiro. Mas fico mais horrorizado ainda ao sentir que as pessoas não se horrorizam. Elas não amam a natureza. Para elas é natural tratar a natureza como depósito de lixo. Lembro-me da tristeza que senti em Pocinhos do Rio Verde: à minha frente seguia uma camioneta cheia de jovens alegres, de classe média, passados pelas escolas. Iam tranqüilamente jogando, na beira da estrada, as latas vazias de cerveja, como se isso fosse a coisa mais natural do mundo. As escolas lhes ensinaram muitas coisas, mas não o essencial. Fui uma vez caminhar no Parque Ecológico e nunca mais voltei: a vista das latas de refrigerantes e garrafas de plástico ao longo dos caminhos só me produziu raiva. Contaram-me que, terminados os vestibulares da PUC, uma empresa distribuiu caixinhas de refrigerantes aos jovens que saíam.

À noite a rua era uma montanha de lixo. Havia, na Unicamp, um dia denominado “Universidade Aberta”. O day after era trágico: o campus era um lixão absoluto, coberto com sacos plásticos, copos, garrafas, latas de refrigerantes, papel, guardanapos e detritos de todo tipo. Meu querido amigo Hermógenes, professor, diretor do horto (já morto), me relatava que depois daquele dia era preciso replantar as jovens árvores que os futuros universitários haviam quebrado por puro prazer.

Eu creio que a preservação da natureza é o desafio mais importante do momento presente. Tem a ver com a preservação da vida, o futuro da nossa terra, o futuro dos nossos netos. Mais importante que todas as doutrinas que podem ser pregadas nas igrejas. Porque, a se acreditar nos textos sagrados, a nossa vocação primordial é a de jardineiros. Deus nos deu a missão de cuidar do Paraíso. Mais importante que toda ciência que possa ser ensinada nas escolas. Porque toda a ciência será vazia e inútil se o nosso mundo vier a ser transformado num deserto.

Gostaria de poder voltar à paineira a cuja sombra ouvi os primeiros agouros de fim do mundo — só para ler ali um texto sagrado, contra-feitiço, a profecia de um mundo novo que nasce:

“Os aflitos e necessitados buscam águas, e não as há, e a sua língua se seca de sede. Mas rios se abrirão nos montes desnudos e fontes brotarão nos vales. O deserto se transformará num açude de águas e a terra seca se encherá de mananciais. E no deserto crescerão o cedro, a murta, a acácia, a oliveira, o cipreste, o olmeiro e o buxo...” (Isaías 41.17-19).



# CRISE DA ÁSIA OU DO CAPITALISMO?\*

por Antônio Martins

**Professor da Universidade de Paris XIII e assessor da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), François Chesnais diz, em entrevista a Antônio Martins, que as turbulências financeiras "asiáticas" marcam o início de uma crise econômica internacional e vê numa ruptura radical com o neoliberalismo a saída para renovar o programa da esquerda**

*O senhor tem sustentado a idéia de que o que ocorre na Ásia é a primeira etapa de uma crise econômica global. Por quê?*

Os jornais continuam apresentando a crise, todos os dias, como se fosse resultado de turbulências nos "mercados financeiros asiáticos". Mesmo que pareçam reconfortantes, as notícias não serão capazes de esconder o essencial. Excetuados os Estados Unidos, a Ásia Oriental foi, nos anos de 1990, a única região do globo em que houve crescimento econômico significativo, tanto para os investimentos verdadeiros quanto para as aplicações financeiras especulativas. A gravidade do processo em curso está ligada ao fato de que, por trás de um episódio aparentemente financeiro, há na verdade uma crise econô-

mica. Ela traduz a dificuldade crescente das empresas — principalmente asiáticas, mas também norte-americanas e europeias — para vender as mercadorias produzidas, atender aos objetivos de rentabilidade fixados para os investimentos produtivos e, portanto, satisfazer os níveis de rendimento aos quais os operadores financeiros se habituaram, sobretudo nos Estados Unidos, ao longo desta década.

Para verificar a fragilidade da explicação que vê nos acontecimentos dos últimos meses um episódio apenas financeiro e regional, basta prestar atenção a um fato: a crise começou há um ano num país muito pouco relevante para as finanças internacionais — a Tailândia — mas passou, semana após semana, por uma propagação internacional quase "quimicamente pura". Depois de atingir a Coreia do Sul e o Japão, além de ameaçar a China e Hong-Kong, ela já se expande de forma mecânica.

*Quais os mecanismos de propagação do incêndio?*

Há três mecanismos básicos. O primeiro está centrado no setor industrial. As empresas se vêem obrigadas a contrair severamente sua atividade, reestruturar-se e demitir. As medidas impostas pelo FMI agravam essa espiral recessionista, que já provocou, na Ásia, o afundamento das exportações regionais e a busca frenética, pelos exportadores, de novos espaços nos mercados mundiais. Esse processo acelera a deflação mundial no setor de matérias-primas — onde a queda dos preços já havia começado — e a projeta em direção a outros setores.

O segundo mecanismo é o sistema internacional de crédito. A dívida colossal acumulada pelos países asiáticos foi feita por agentes econômicos privados: empresas e bancos, sobretudo. Os empréstimos contraídos fazem parte de longas cadeias internacionais de crédito, cuja manutenção está agora ameaçada.

*Há risco de uma grande recessão mundial?*

O último mecanismo está relacionado com as bolsas de valores. Elas são um mundo paranóico, que reage de forma irracional diante das más notícias. Devido ao caráter altamente hierarquizado das finanças, só a partir de um *crash* em Nova York e Chicago poderá haver um movimento de amplitude capaz de provocar uma recessão mundial. Mas os próprios especialistas em mercados financeiros excluem cada vez menos essa hipótese.

*O surgimento do rentismo é algo inédito na história do capitalismo?*

Não, mas nunca foi visto na escala em que o presenciamos hoje. Os assalariados são explorados em excesso, as diversas camadas da sociedade são pressionadas com impostos cujo produto serve para garantir o pagamento de juros da dívida pública. Os rentistas alimentam-se também dos juros de empréstimos concedidos às pequenas empresas agrícolas ou urbanas. Mas apesar de o nível de exploração do trabalho ter aumentado, o sistema não produz valores suficientes. O investimento caiu a níveis muito baixos, de forma que, em ter-

\* Entrevista divulgada pela Resenha da Internet em agosto de 1998.

mos globais, a acumulação não produz capital novo suficiente. O curioso é que esse mecanismo de transferência de riqueza, aplicado pelas políticas neoliberais em todos os países, enfraquece a única instituição que foi capaz, nos anos de 1930 e no pós-guerra, de sustentar a economia e reverter a crise quando os mercados entraram em refluxo: o Estado. Pode-se fazer muitas críticas a ele. Conservadorismo, posição monopolista, etc. Elas justificam medidas específicas para corrigir os problemas apontados. Mas não autorizam a destruição de uma instituição indispensável para sustentar a economia, corrigir os problemas dos mercados e satisfazer as necessidades básicas de vastos setores sociais.

*Que efeitos o rentismo provoca sobre os salários e o trabalho?*

Os investimentos também caem por meio de outro mecanismo. Os fundos de pensão e os fundos mútuos controlam uma parcela cada vez maior do capital das grandes empresas. Mas

esses fundos orientam-se pela lógica do curto prazo, o *short-termism*. Por isso, pressionam para reduzir a parte dos lucros destinada aos investimentos. A reação das empresas é reduzir cada vez mais os salários e flexibilizar o trabalho. Para dar “boas notícias” aos acionistas, os administradores promovem processos de “reengenharia” que consistem em demitir, aposentar precocemente e tentar manter a produção com muito menos empregados. Repare que é uma contradição que as políticas neoliberais não se cansam de agravar: a produtividade aumenta, mas às custas do enfraquecimento e da destruição da demanda.

*Qual o papel dos Estados Unidos no sistema?*

Os EUA são ao mesmo tempo pivô e beneficiário essencial desse sistema. Sua posição privilegiada como detentores da única moeda realmente mundial, a dimensão de seus mercados financeiros e a possibilidade que oferecem para a multiplicação dos capitais permitem que continuem investindo muito, mesmo com uma taxa de poupança interna extremamente reduzida. O segredo está em centralizarem uma parte enorme da poupança mundial, em terem adquirido, em escala maior que qualquer outro país, os traços de uma nação que vive de renda. É a primeira vez, na História, em que o país central do sistema capitalista *absorve* a poupança internacional, em vez de espalhá-la pela periferia do sistema. Há outro fenômeno extremamente preocupante e perigoso. O sistema de pensões dos trabalhadores norte-americanos vinculou-se ao êxito dos fundos de pensão nos mercados financeiros de todo o mundo. Ele já não é viável com base apenas nos recursos gerados internamente. Só se sustenta se persistir o fluxo, em direção aos EUA, de recursos provenientes de dezenas de países, sob a forma de dividendos e juros das dívidas internas.

**‘Esse mecanismo de transferência de riqueza, aplicado pelas políticas neoliberais em todos os países, enfraquece a única instituição que foi capaz, nos anos de 1930 e no pós-guerra, de sustentar a economia e reverter a crise quando os mercados entraram em refluxo: o Estado’**

*Os países asiáticos também estão distantes de uma unidade política e financeira?*

Sim. Eles formam, por enquanto, apenas uma rede de trocas comerciais e de certo movimento de capitais. Estão divididos por rivalidades políticas muito fortes e antigas. Há as ambições e o orgulho nacional do Japão, da Coreia, da China, tantas vezes conflitantes. Embora o Japão seja a economia mais forte, sua hegemonia está muito longe de ser reconhecida na região. Além disso, a presença norte-americana é muito intensa, tanto política quanto financeiramente. O papel do iene não tem nenhuma comparação sequer com o do marco, que evitou o agravamento da crise monetária europeia entre 1992 e 93. As diversas moedas asiáticas que se desvalorizaram não estavam ancoradas à moeda japonesa, mas ao dólar e não há, por enquanto, nem sombra da constituição de uma zona monetária comum.

*Enquanto o FMI recomenda aos países “emergentes” taxas de juros mais altas, os EUA, o Japão e a União Europeia têm procurado manter taxas reduzidas. Por quê?*

As taxas de juros não estão relacionadas principalmente aos “conselhos” do FMI, mas ao papel que cada



François Chesnais

Ismar Ingeber/ AIB

país e cada mercado financeiro desempenha no sistema. As diferenças são muito reveladoras sobre a natureza hierarquizada, imperfeita e sem instâncias de regulação assumida pelo processo de globalização financeira. No centro do sistema estão, evidentemente, os Estados Unidos. Em torno deles, há os países do G-7 e a Suíça, onde as taxas de juros pagas pelos respectivos Tesouros são relativamente baixas. Os outros mercados estão todos na periferia — mas há, entre eles mesmos, hierarquias.

*Quem decide o papel de cada país?*

Os aplicadores. Em todo o mundo há apenas 25 grandes praças financeiras. A maior parte dos países, portanto, sequer está integrada diretamente aos grandes fluxos de capitais — e mesmo os participantes do processo

**'Para dar boas notícias aos acionistas, os administradores promovem processos de reengenharia, que consistem em demitir, aposentar precocemente e tentar manter a produção com muito menos empregados**

podem ser excluídos a qualquer momento. É o que ocorreu com a Indonésia, onde resta, agora, o esforço do FMI para recuperar os créditos duvidosos...

*Como o Brasil participa do jogo?*

As taxas de juros expressam essa hierarquização entre os países. Mas indicam também as condições que certos governos, e certas classes dominantes interessados em somar-se à globalização financeira, impõem a suas sociedades para fazer a integração. O caso do Brasil é notável, porque houve nos últimos anos uma re-

## TIRE SUAS DÚVIDAS SOBRE A FUGA DE CAPITAIS

### 1. O QUE É CAPITAL EXTERNO?

É como são chamados os investimentos, empréstimos ou financiamentos estrangeiros recebidos pelo país. Esse dinheiro pode ser aplicado nas Bolsas de Valores, emprestado às empresas e ao governo ou investido diretamente na produção (compra ou abertura de uma fábrica, por exemplo).

### 2. POR QUE O CAPITAL EXTERNO INGRESSA NO PAÍS?

Em busca de lucros, como em qualquer lugar do mundo. O Brasil, porém, é considerado um mercado arriscado para investimentos. Isso faz com que o país seja obrigado a pagar juros mais altos para atrair capital externo.

### 3. POR QUE O BRASIL É CONSIDERADO UM MERCADO ARRISCADO?

O país tem um histórico de inflação e calotes nas dívidas interna e externa. A política econômica atual também inspira preocupação, porque o governo gasta mais do que arrecada (déficit público), e o país importa mais do que exporta (déficit comercial).

### 4. POR QUE O BRASIL PRECISA ATRAIR CAPITAL EXTERNO?

O país não poupa o suficiente para financiar, ao mesmo tempo, o déficit público e os investimentos necessários para que a economia cresça. Por isso, precisa atrair poupança externa.

### 5. O QUE É CAPITAL ESPECULATIVO?

É o nome genérico para os investimentos externos que buscam lucros altos em prazos curtos. Esse dinheiro se concentra nas Bolsas e nos investimentos em juros. É um tipo de investimento que pode ser transferido de um país para o outro com facilidade.

### 6. ATRAIR CAPITAL EXTERNO É RUIM?

O capital externo permite que a economia do país cresça mais rapidamente ou que o governo amplie seus serviços à população. Quando o país depende demais do capital externo, principalmente do capital especulativo, fica excessivamente sujeito às variações do mercado internacional.

### 7. POR QUE A SITUAÇÃO ATUAL PREOCUPA?

O Plano Real controlou a inflação sobrevalorizando a moeda nacional em relação ao dólar. Isso tornou as importações mais baratas, mas gerou um déficit comercial que obriga a compensar a perda de divisas atraindo mais capital externo. O déficit público também está crescendo, e o ano eleitoral aumenta as incertezas. Para complicar, o mercado internacional está menos favorável em função da crise na Rússia.

### 8. COMO ACONTECE UMA FUGA DE CAPITAIS?

Para ingressar no país, investidores externos trazem dólares, compram reais e fazem suas operações. Quando eles acreditam que se tornou desvantajoso ou muito arriscado continuar no país, compram seus dólares de volta e os remetem ao exterior.

### 9. A FUGA DE CAPITAIS PODE SER PROVOCADA POR INVESTIDORES NACIONAIS?

Sim. Os investidores nacionais podem acreditar que é arriscado manter seu dinheiro no país, trocar reais por dólares e fazer remessa ao exterior.

### 10. QUAIS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS DA FUGA DE CAPITAIS?

Se muitos investidores decidem comprar dólares, a moeda norte-americana tende a subir, o que é ruim para o controle da inflação. Para enfrentar a fuga de capitais, o governo normalmente eleva os juros, comprometendo o crescimento da economia e elevando o desemprego.

### 11. COMO A SITUAÇÃO INTERNACIONAL AFETA O BRASIL?

Quando a economia mundial está em crescimento e os juros internacionais estão baixos, há abundância de dinheiro e os investidores ficam mais propensos a aplicar seu dinheiro nos países menos desenvolvidos. Nas crises, como a do México, a da Ásia e, agora, a da Rússia, os investidores tendem a procurar mercados mais seguros, e o Brasil pode perder investidores.

Fonte: Folha de São Paulo, 3/6/98.

viravolta política e econômica. Desde a década de 1930, a burguesia industrial havia ocupado o centro do poder. A crise econômica de 1929, no plano econômico, e o varguismo, no plano político, haviam colocado em segundo plano os setores cuja riqueza provinha do escravismo, do latifundismo, de uma relação com o sistema financeiro que vê nos bancos apenas um refúgio para conservação e multiplicação de riquezas.

*Que mudou nos governos Collor e FHC?*

Nos últimos anos, porém, a burguesia financeira assumiu o poder político no Brasil, e esse é o fundo dos acontecimentos mais importantes na vida política, econômica e social do País. Os interesses próprios desse setor combinam-se com os dos investidores externos e exigem o pagamento, pelo Estado, de taxas de juros usurárias. É por isso que não se deve pensar nos juros como se fossem imposição externa, apenas. A burguesia financeira apóia-se no sistema mundial – o que lhe dá, até, enormes oportunidades de fuga, nos momentos de crise. Em 1994 no México, os investidores mexicanos foram os que transferiram mais rapidamente sua riqueza para o exterior quando a desvalorização do peso tornou-se uma possibilidade real. Quando vocês enfrentarem uma crise cambial no Brasil, podem apostar que a burguesia financeira brasileira será, também, a primeira a deslocar seus investimentos para fora do país.

*Uma das particularidades desta crise é que não há um movimento de oposição ao capitalismo articulado internacionalmente. De que forma a crise poderia ajudar a formar essa resistência?*

Uma das grandes dificuldades políticas da situação atual é que, diante da organização das burguesias financeiras no plano mundial, e da potência política e militar dos Estados Unidos, somos obrigados a assumir o fato

de que na maior parte dos casos – e penso que há uma única exceção – a primeira resposta dos trabalhadores ao neoliberalismo ainda precisa ser dada em plano nacional. Somente dando essa resposta, da maneira mais contundente, será possível encorajar outros movimentos de assalariados, operários, camponeses, em outras partes do mundo. Pensar apenas numa ação internacional, nas condições de hoje, pode tornar-se, infelizmente, um pretexto para não agir.

*Qual a exceção a que o senhor se refere?*

A Europa. Lá acumularam-se condições favoráveis a uma ação internacional da classe operária e dos movimentos sociais. Há uma história comum, pela qual se pagou o preço muito caro de duas guerras mundiais. Seja como for, as lições foram absorvidas conjuntamente: os povos europeus sabem, por exemplo, que não podem jamais voltar a fazer a guerra entre si. Embora construída com base no mercado, a União Européia foi feita também a partir de uma crítica ao papel dos Estados Unidos. É, além disso, um mercado controlado, onde os capitais não são inteiramente livres. O que caracteriza o capital europeu, aliás, é a necessidade de certo grau de consenso social e a possibilidade muito reduzida, por enquanto, de adotar formas tão brutais de exploração como nos EUA. Nenhum país da Europa continental adotou, por exemplo, o modelo thatcherista de ataque aos direitos sociais.

*Qual a situação dos movimentos sociais europeus?*

Há uma efervescência social na França, que ficou conhecida a partir da greve geral de 1995-96 pelos direitos previdenciários. A capacidade de mobilização dos partidos de esquerda, dos sindicatos e especialmente dos novos movimentos associativos é muito grande. Há centenas de milhares de pessoas dispostas a passar várias horas por semana fazendo mili-

**'Quando vocês enfrentarem uma crise cambial no Brasil, podem apostar que a burguesia financeira brasileira será, também, a primeira a deslocar seus investimentos para fora do País'**



tância em favor desses movimentos. A consciência política e ideológica de oposição ao neoliberalismo também é impressionante e reconhecida nos demais países. A história da luta de classes na França gerou, além disso, tradições muito importantes. Até mesmo os assalariados de novo tipo, que atuam em profissões intelectuais e recebem ordenados muitas vezes elevados, enxergam-se como trabalhadores — não como agentes do capital. Temos, por fim, a sorte de manter um sistema de aposentadorias por repartição, que não depende dos fundos dos mercados financeiros. Pouca gente se vê como sócia do capital...

*Desses novos movimentos pode surgir uma ação social mais transformadora?*

Depende de algumas condições. A influência simbólica que o movimento social francês tem em toda a Europa — e muito particularmente na Ale-

**'A dívida pública transfere para os rentistas parcela da renda nacional tão elevada que já não se mede em volume de recursos, mas em porcentagem do PIB'**

manha — é notável. Mas sua clarificação programática está atrasada. Há ainda pragmatismo demais e incapacidade de anunciar um projeto mais amplo. Se esse problema for resolvido, se o objetivo que se pretende deixar de ser um salário ou rendimento mais alto e passar a ser o controle dos meios de produção, surgirá uma situação nova, com chances de repercussão internacional muito grandes.

*O neoliberalismo não é, portanto, irreversível...*

Só uma amnésia histórica pode dar crédito à idéia de que a tirania dos mercados, que promove regressão social e política além de oferecer empregos cada vez mais raros, é “inevitável”. Algumas das transformações desencadeadas pelo neoliberalismo são de fato irreversíveis, no sentido de que impedem que se volte atrás, que se reutilizem certas receitas de política econômica e social que funcionaram no passado. Mas reconhecer a irreversibilidade das mudanças não tem nada a ver com aceitar as políticas que, pretensamente, “decorrem” delas. Apenas obriga a procurar saídas construídas a partir dos novos dados políticos e sociais, por mais difícil que isso possa ser.

*Quais são essas saídas?*

Os próprios movimentos sociais já começam a formular pontos de um programa de oposição ao neoliberalismo. Ele inclui aspectos relacionados ao mundo do trabalho, como proibição de demissões, redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários, transformação dos contratos

temporários em vagas estáveis, salário-desemprego integral para os desempregados, restabelecimento de todos os direitos previdenciários e, na Europa, da legislação sobre trabalho noturno e trabalho em tempo parcial. Mas também encampa pontos que têm a ver com a garantia dos direitos dos despossuídos, como requisição das habitações desocupadas para alojar os sem-teto, renovação dos bairros populares e periferias de população trabalhadora, proibição dos despejos de locatários, suspensão das privatizações dos serviços e empresas públicas.

*Como executar essas medidas?*

É neste ponto precisamente que está uma linha divisória clara. Diante de qualquer programa voltado para restabelecer ou ampliar as conquistas dos trabalhadores e excluídos, os neoliberais repetem uma velha cantilena. Alegam que são propostas “inviáveis”, pois o caixa do Estado está vazio e o endividamento é alto. Sustento, porém, que a responsabilidade dos economistas que romperam com o “pensamento único” é, em primeiro lugar... romper verdadeiramente com ele! Para satisfazer necessidades permanentes e aplicar medidas de emergência, não basta uma denúncia passiva da “ditadura dos credores”. É preciso repudiar a dívida pública. Ela transfere para os rentistas parcela da renda nacional tão elevada que já não se mede em volume de recursos, mas em porcentagem do PIB: entre 2 e 5% nos países centrais, muito mais que isso na periferia. É preciso, evidentemente, adotar medidas para proteger os pequenos poupadores. Mas não vejo chance alguma de romper com o programa neoliberal sem acertar as contas com o *rentismo*.

*O senhor parece partir da base teórica do marxismo para propor um programa voltado para enfrentar o “capitalismo real” que existe hoje, 150 anos depois do Manifesto Comunista.*

É o que vou tentar escrever nos meus próximos artigos. No momento, a questão do capital não pode ser resolvida no nível do Estado ou das fronteiras. A saída é reconhecer que os meios de produção e reprodução da vida social são potencialmente independentes do capital, embora tenham uma aparência capitalista. É preciso reconstituir um sujeito social. Os principais avanços do pensamento filosófico foram feitos em épocas em que grupos de pensadores e formas de organização política e social aceitaram e estudaram o fato de que a História não é um processo que evolui sem fio condutor ou sem sujeito — mas pode ser conduzida socialmente pelo ser humano. Essa idéia foi sustentada pelos enciclopedistas no século XVII e marcou a Revolução Francesa. Vejo meu trabalho como o de um seguidor dessa tradição. A História sem sujeito conduz necessariamente ao caos e à barbárie. Entregá-la aos mercados, ou delegá-la ao governo dos Estados Unidos é, para mim, um retrocesso ideológico extremamente grave.

*Essa mesma tradição foi reivindicada pelas primeiras experiências socialistas.*

Sim, e é preciso fazer um balanço muito rigoroso delas. O próprio Lenin ressaltava que o partido de “tipo leninista” era uma forma de organização para um país determinado, no contexto de um momento histórico preciso. A caricatura dessa posição é algo desastroso, que combina aspectos de blanquismo e de *putsch* com a proclamação genérica de um saber constituído que se transforma em dogma — defendido por uma seita ou igreja que ao chegar ao poder adquiriu todos os elementos necessários para transformar-se numa elite burocrática, que usurpa a revolução para si mesma. Fazer a crítica radical dessa deformação, reafirmando ao mesmo tempo a necessidade de transformar o ser humano em sujeito da História, é o desafio internacional que precisamos enfrentar.

# OS ESPETÁCULOS RECOMEÇAM DE MANHÃ

Carlos Cunha

*Sic vos, non vobis.*  
(Assim vós [fazeis], não para vós).  
Virgílio

**D**uas décadas plúmbeas (ninguém precisa ir ao dicionário) desabaram sobre nossas vidas (individuais/coletivas), neste Brasil que estão querendo inserir no Primeiro Mundo (estão conseguindo, mas pelo elevador de serviço). E, de fato, foram décadas de chumbo denotativo (balas, armas) e conotativo (repressão ao dizer, ao pensar, ao apenas-ser).

O chamado movimento ecumênico sempre significou a união dos que queriam amar-se nas particularidades de suas maneiras cristãs de crer — eram diferentes teologicamente — e, porque eram assim diferentes, uns precisavam dos outros, e

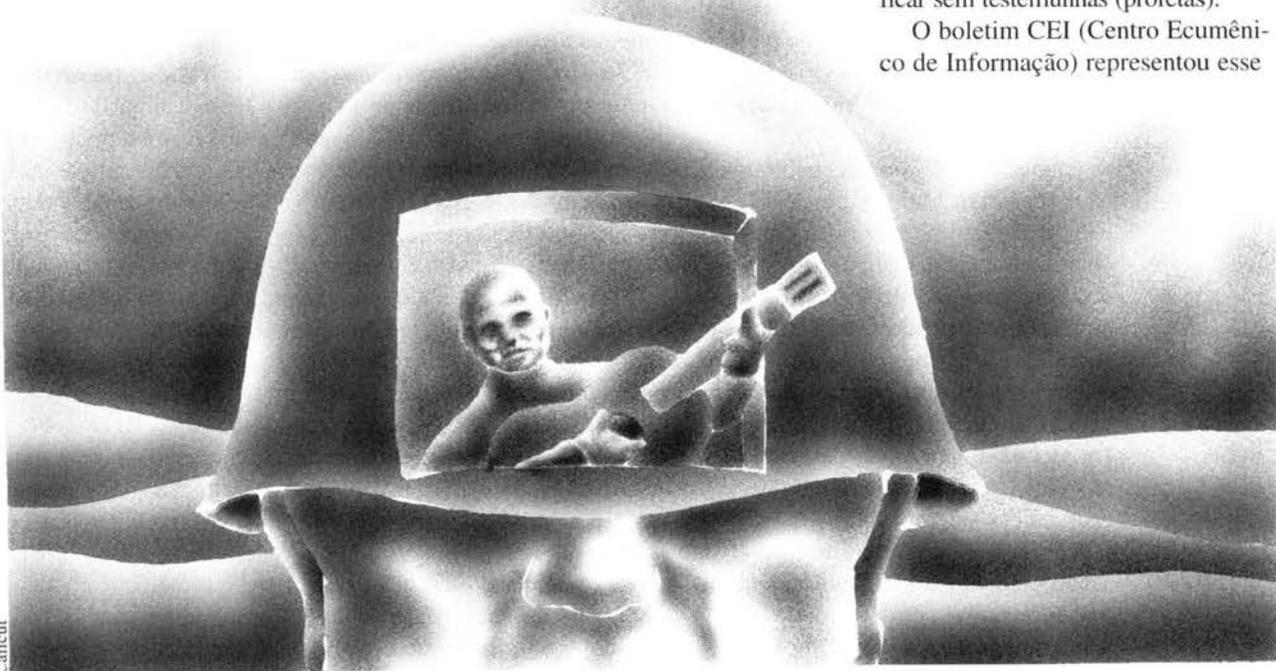
desejavam estar juntos. Pensar teologicamente, porém, é o mesmo que pensar politicamente, filosoficamente e, em decorrência, também outros, sem qualquer profissão de fé religiosa, sentiram a mesma necessidade de se encontrarem e de se aproximarem pelo simples fato de se fortalecerem juntos, nos propósitos comuns, para além das idéias religiosas, políticas.

O antiecumenismo em qualquer campo e, notadamente no religioso, significou o isolamento, o antifraternismo e, a longo prazo, levou à eclosão de guerras fraticidas (uma espécie de suicídio coletivo). Ainda estão quentes as imagens da Terceira Guerra, e o pipocar dos tiros de outras, nós os ouvimos diariamente.

As forças que decidiram contrapor-se a expressões desse suicídio coletivo vieram de profetas. (Há, no entanto, aqui o dever de refugar a idéia de “profeta” como um conceito meramente religioso e, particularmente, hebraico-cristão.) Profeta é profeta por ser um iluminado num certo tempo e contexto a fim de proclamar algo como “dentro de quarenta dias Nínive será destruída” (parábola de Jonas). Quer isto dizer: Mudem de rumo. Ou então: Não percam a fé, lutem, porque “a este céu carregado de nuvens há de sobrevir outro, claro e limpo” (canção do gueto de Varsóvia).

Esse papel profético é solitário-solidário: irrompe na solidão-rebelde de alguém que diz “Basta”. De repente, e de forma assustadora encontra seus múltiplos. A verdade, a justiça (para muitos, Deus) jamais vão ficar sem testemunhas (profetas).

O boletim CEI (Centro Ecumênico de Informação) representou esse



grito solitário logo gerador de solidários outros. E foi uma expressão escrita e ampla de ecumenismo: sempre um encontro gerado pela dor, pela angústia, pela convivência dos que, conscientemente, decidiram que não era possível continuar assim. Foi um boletim valente. Publicava até textos de “excomungados” que nem Hélder Câmara. Os esbirros liam tudo e “enfeitaram” fichas com os nomes daqueles que o escreviam. O boletim era como a “voz do que clama no deserto”, típico de uma voz que jamais pode ser calada. Se outros diários, semanários ou mensários publicassem o que ele publicava eram punidos e teriam prejuízos vários.

Por terem incursionado em terreno minado, os geniais criadores de *O Pasquim* tiveram a circulação suspensa. Ao retornarem, fizeram uma capa em que eles procuravam introduzir na redação um imenso galho de árvore. A legenda mostrava os redatores “botando o galho dentro”. Era muito estranho os algozes da idade plúmbea quererem reprimir profetas-humoristas cujo compromisso era com a resistência gravada na verdade-livre e no riso-livre (riso também é verdade).

São tantas as histórias desses iluminados que nem TEMPO E PRESENÇA, gerados nas dores de parto de uma repressão, a mais violenta e diabólica de que se tem notícia nestas plagas!

Enquanto isso, jornais confessionais se acomodaram ao “respeito pelas autoridades” e se eximiram. Outros boletins daqui e dali, às claras e na clandestinidade foram testemunhas-profetas que mantiveram acesa uma luz jamais apagada. Eram escritos (os escritos permanecem, já diziam os romanos) luminosos qual sol escondido por nuvens escuras nos dias plúmbeos. Vozes escritas, ecumênicas, engravidadas sob a tortura de um golpe militar que vinha sendo gestado para toda a América, mas foram vozes proféticas sob o signo da resistência.

Os arquitetos desse monumental golpe militar estavam se “lixando” para generais e praças, serviam-se entretanto deles bem fardados para se revestirem de poderes incomensuráveis como intelectuais que eram a serviço de outros senhores. As armas e os que estavam armados foram os instrumentos úteis à ambição política e econômica desses senhores.

O que muito espanta é o fato de que esses dominadores, apoiados nas armas, se fizeram generosos, deixaram voltar os perseguidos e exilados e até se valeram deles para continuarem o processo de dominação. Afinal, Maquiavel não é apenas uma presença histórica, nem uma lenda, é antes uma parábola do mal social.

Nas pausas para descanso reli as *Frases e curiosidades latinas* de Arthur Rezende e encontrei esta pérola do poeta Virgílio. O imperador Augusto celebrava os *spectacula* romanos quando desabou um aguaceiro daqueles. Dispensou os participantes e suspendeu os jogos até a manhã seguinte. Virgílio afixou nas portas do palácio dois versos carregados de sublime ironia: *Nocte pluit, redeunt spectacula mane:/ Divisum imperium cum Jove, Caesar habet.* (Choveu toda noite, os jogos recomeçam de manhã:/ assim César compartilha com Júpiter o governo do mundo.) O imperador entendeu à maneira dele e considerou um elogio. Quis agradecer o autor dos versos. Não descobriram. Apresentou-se um tal Bartilo, poeta obscuro. E foi agraciado por Augusto. Como gozação e teste, no dia seguinte lá estavam os dois versos mais este: *Hos ego versiculos feci, tulit alter honores* (Eu escrevi estes versos, outro recebeu as honras). E acrescentou estes incompletos: *Sic vos, non vobis.../ Sic vos, non vobis.../ Sic vos, non vobis.../ Sic vos, non vobis...* O imperador pediu a Bartilo que explicasse as reticências. Claro que ele não soube. Virgílio é que os com-

pletou e ficaram assim: *Sic vos, non vobis nidificatis, aves;/ Sic vos, non vobis vellera fertis, oves;/ Sic vos, non vobis melificatis, apes;/ Sic vos, non vobis fertis aratra, boves.* (Assim vós fazeis ninhos, não para vós, ó aves;/ assim vós fazeis lã, não para vós, ó ovelhas;/ assim vós fazeis mel, não para vós, ó abelhas;/ assim vós carregais o arado, não para vós, ó bois.)

Poetas, humoristas, pensadores, escritores todos; páginas e páginas se têm multiplicado apesar da tempestade. São todos profetas, iluminados pela chama viva de um Deus que não se deixa ficar sem testemunhas. Apesar de tudo, ainda há votos dos que podem estar escolhendo seus exatores; baionetas ainda podem ser desembainhadas. Os votos não vão favorecer os eleitores nem as baionetas os que as desembainham; haverá ainda (e sempre?) os que se consideram donos da chuva, da noite e da manhã; no dia seguinte os gladiadores retornarão aos estádios e, antes de morrer hão de gritar: *Ave, Caesar, morituri te salutant!* (Ave, César, os que vão morrer te saúdam!)

Os anos de chumbo não cessaram, converteram-se — agora são mais anos de cobre ou de ouro —, nem vão cessar tão fácil como também não vão cessar tão fácil as palavras escritas de iluminados que insistem na verdade-livre, no riso-livre. Até o poeta do início dos anos de 1970, cantado pela inesquecível Elis Regina deve estar repetindo: “Faz escuro, mas eu canto...” Quem sabe, mais do que nunca muitos vão poder entender o conteúdo plurissimbólico de Virgílio: *Nocte pluit, redeunt spectacula mane.*

Decorridas três décadas do início das duas de chumbo, poetas, humoristas, escritores, profetas resistem e suas ilhas podem vir a ser mais que ilhas.

---

Carlos Cunha é jornalista e integra KOINONIA.

## ITAPARICA URGENTE!

*O Pólo Sindical do Submédio São Francisco (onde KOINONIA assessora projetos) está vivendo, mais uma vez, um desmando do governo federal, conjuntamente com a intimidação do poder do narcotráfico local. O governo criou em outubro de 1997 o Grupo Executivo para o Reassentamento da População de Itaparica (GERPI), que seria responsável pela conclusão do processo do reassentamento. Para isso, se comprometeu, com o Banco Mundial, após ter conseguido que fosse negada a instalação de um Painel de Inspeção, a utilizar 290 milhões de dólares durante dois anos (1998 e 1999) para concluir o reassentamento. O Banco Mundial, então, retornaria uma visita de inspeção, em outubro de 1998, ao reassentamento de Itaparica.*

*Durante os meses de outubro a março o GERPI se recusou a negociar com o Pólo Sindical, como instância representativa dos 40 mil trabalhadores reassentados. Em março, o Pólo Sindical ocupou a sede da Chesf em Paulo Afonso (BA) e conseguiu, com resultado, o averbamento adicional de 140 milhões de reais para a conclusão do reassentamento. Entretanto, em 29 de agosto foi noticiado que houve um corte de 50% da verba destinada a Itaparica. Por esse motivo, como os trabalhadores não foram informados do corte, solicita-se que seja enviada a mensagem a seguir ao presidente do Banco Mundial, senhor James Wolfensohn, para o endereço:*

*The World Bank  
1818 H. Street, N.W.  
Washington, D.C., 20433 USA*

*ou por fax para*

*202 458 51 20*

### PROJETO ITAPARICA URGENTE

Em 12 de março de 1997, o Pólo Sindical do Submédio São Francisco remeteu um pacote de Recife para Washington (EUA) com documentos que continham uma solicitação ao Painel de Inspeção do Banco Mundial para examinar o "Projeto de Reassentamento de Pessoas Atingidas pela Construção da Barragem de Itaparica". Esses documentos alertavam o Painel sobre os resultados do Projeto Eletrobrás executado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), que foi financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).

Quase dez anos depois do desalojamento compulsório de mais de 40 mil pessoas, as reais condições de produção e reprodução de uma significativa parte da população beneficiária são piores do que antes da construção da barragem. Em outras palavras, depois de dois empréstimos que totalizaram US\$ 232 milhões, dos quais somente o segundo custou US\$ 100 milhões, apenas 35% dos projetos de irrigação estão totalmente implementados.

Os diretores executivos do Banco Mundial começaram a avaliar a proposta para uma total inspeção no encontro de 4 de setembro. Depois de uma série de discussões sobre o "caso de Itaparica", os diretores adiaram a resolução para o dia 9, quando também avaliaram a décima primeira solicitação de inspeção do Painel, de Singrauli (Índia).

Em 9 de setembro, os diretores executivos chegaram a uma decisão: um pouco antes do encontro, o representante do Brasil apresentou um Plano de Ação Governamental para solucionar os problemas existentes e encerrar o Projeto Itaparica com US\$ 290 milhões de seus próprios fundos.

Ainda não havia consenso entre os diretores, e realizou-se uma votação necessária sobre a questão. A maioria dos diretores executivos (52% versus 48%) decidiu contra a implementação do Painel de Inspeção no caso de Itaparica e aprovou o Plano de Ação (do governo brasileiro) para a resolução dos problemas do projeto. Eles também decidiram que o Banco deveria responder à solicitação explicitada pelo diretor-executivo do Brasil e supervisionar a aplicação do Plano de Ação, e também que o Painel deveria fazer uma viagem ao Projeto um ano depois para avaliar o que estivesse ocorrendo e depois informar aos diretores executivos.

Em março de 1998, o governo brasileiro aprovou um orçamento suplementar para o Projeto Itaparica: US\$ 140 milhões para começar a resolução dos problemas do projeto. No entanto, mesmo com o orçamento, até setembro passado quase nada havia sido feito. Por outro lado, o Painel de Inspeção do Banco Mundial não esteve no Projeto Itaparica para avaliar o que o governo brasileiro fez um ano depois da resolução da diretoria do Banco Mundial.

Ontem, a imprensa brasileira informou que o governo brasileiro cortou 50% do orçamento para Itaparica, o que torna impossíveis a resolução dos problemas dos projetos e a implementação do Plano de Ação para Itaparica. O Pólo Sindical, a Brazil Network e outras organizações da sociedade civil não foram informadas pelo governo brasileiro ou pelo Banco Mundial sobre o corte. Onde está a supervisão da implementação do Plano de Ação aprovado pela diretoria do Banco Mundial? Quando o Painel de Inspeção vai visitar o Projeto Itaparica para ver o que está acontecendo?

# BUSCAI A DEUS COM A ALEGRIA DA ESPERANÇA



**8ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas  
3-14 de dezembro de 1998  
Harare, Zimbábue**